

**ELABORAÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO
BÁSICO – PMSB DE CAMPINAS**

**2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA
12/11/2013**

PRODUTO 2: PROGNÓSTICOS, OBJETIVOS E METAS

PRODUTO 3: PROGRAMAS E AÇÕES

Campinas, 26 de novembro de 2013.

SUMÁRIO

Resumo Estatístico da Participação Social na 2ª Audiência Pública

Balanco Final das Audiências Públicas do PMSB

Ata da 2ª Audiência Pública

Lista de Presença

Manifestações e respostas referentes aos Produtos 2 e 3 do PMSB:

Escritas (Filipetas)
Ferramenta de Controle Social

Orais
Ferramenta de Controle Social

Documentos entregues em Audiência à Coordenação do PMSB
- Por uma Rota Tecnológica de Gestão e Tratamento de Resíduos
Favorável a Reciclagem

RESUMO ESTATÍSTICO

PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO PMSB DE CAMPINAS (PRODUTOS: P2 e P3)

Gráfico 1: Resumo das Participações na 2ª Audiência Pública

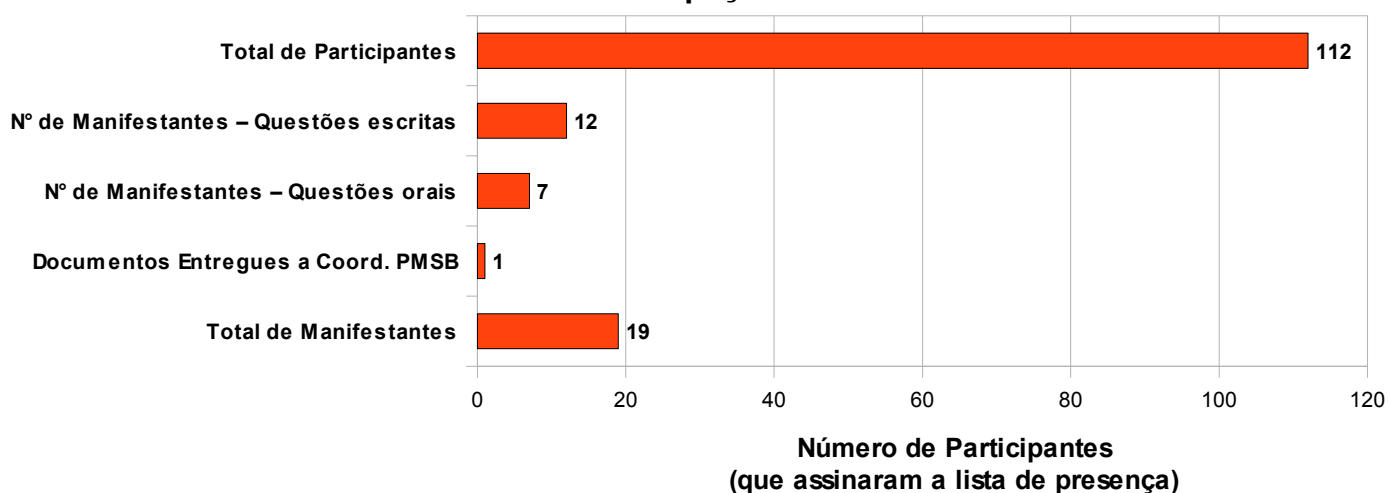


Gráfico 2: Resumo dos Questionamentos Realizados na 2ª Audiência Pública

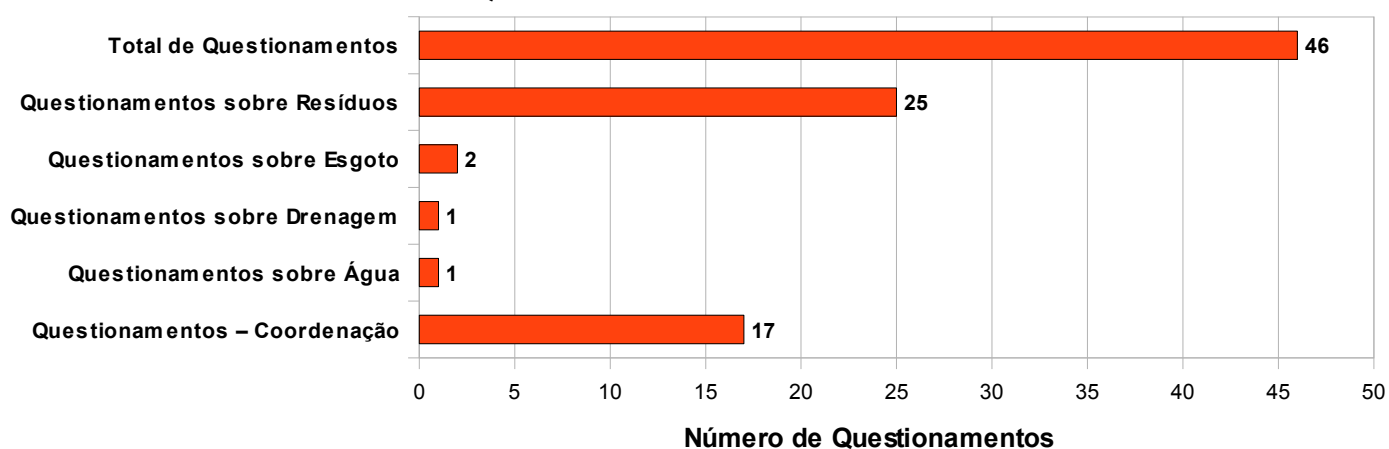
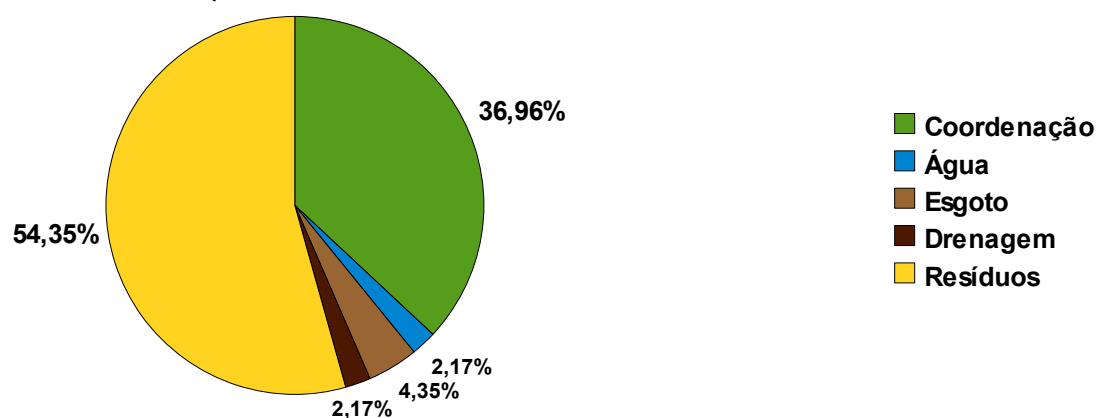


Gráfico 3: Divisão dos Questionamentos realizados na 2ª Audiência Pública



BALANÇO FINAL DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DO PMSB

Gráfico 1: Balanço Geral das Participações nas Audiências Públicas do PMSB

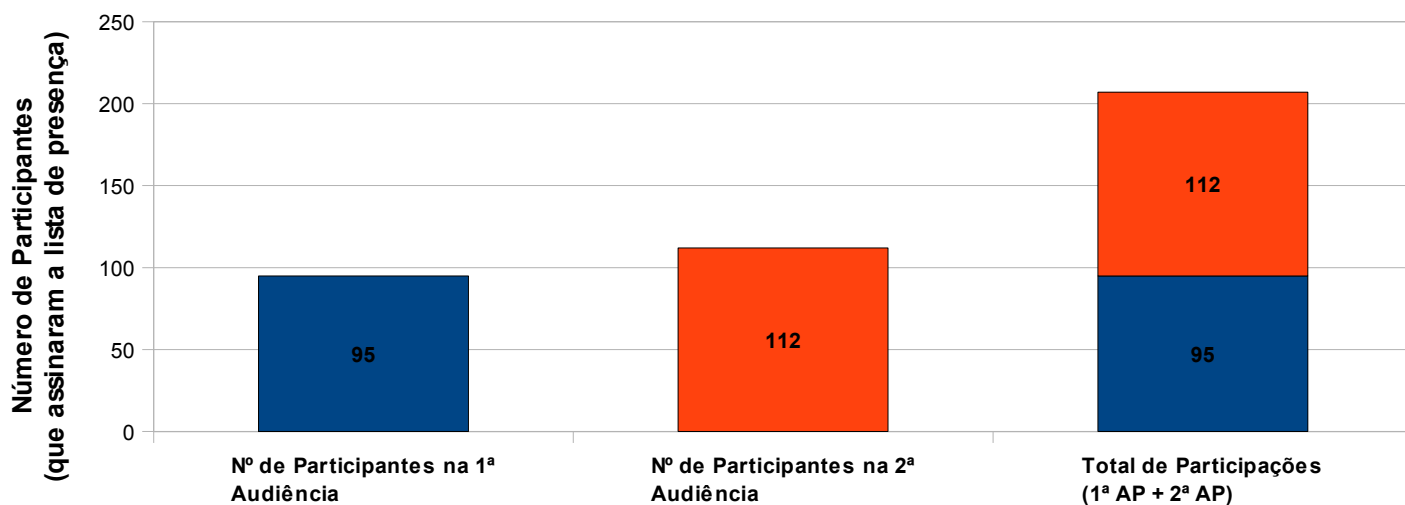


Gráfico 2: Balanço dos Questionamentos Realizados nas Audiências Públicas do PMSB

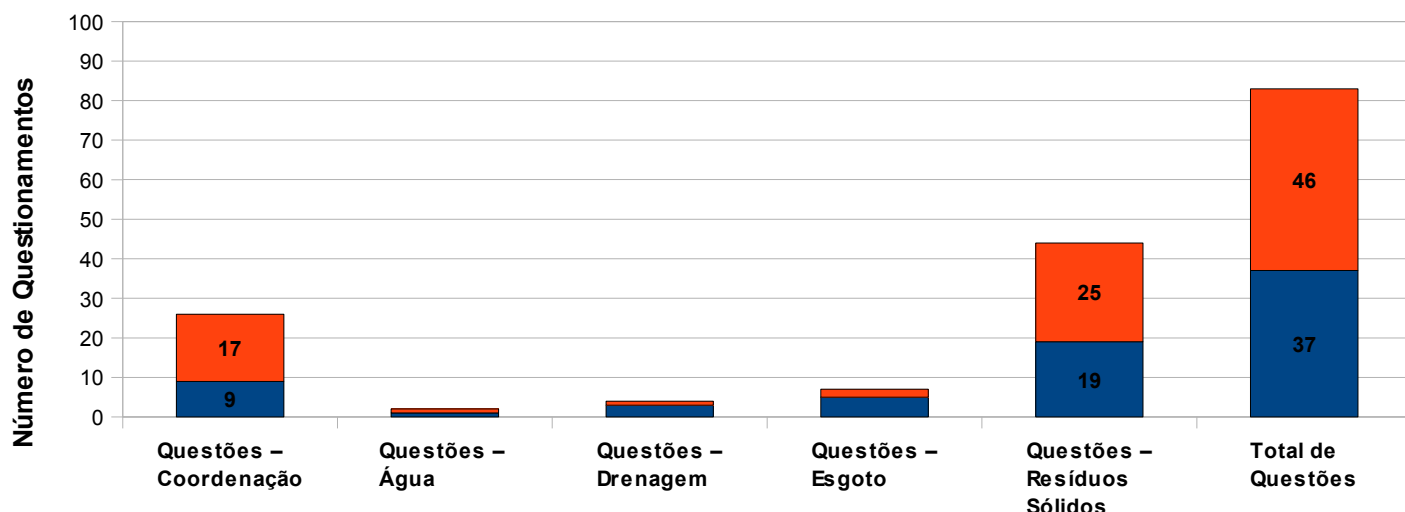
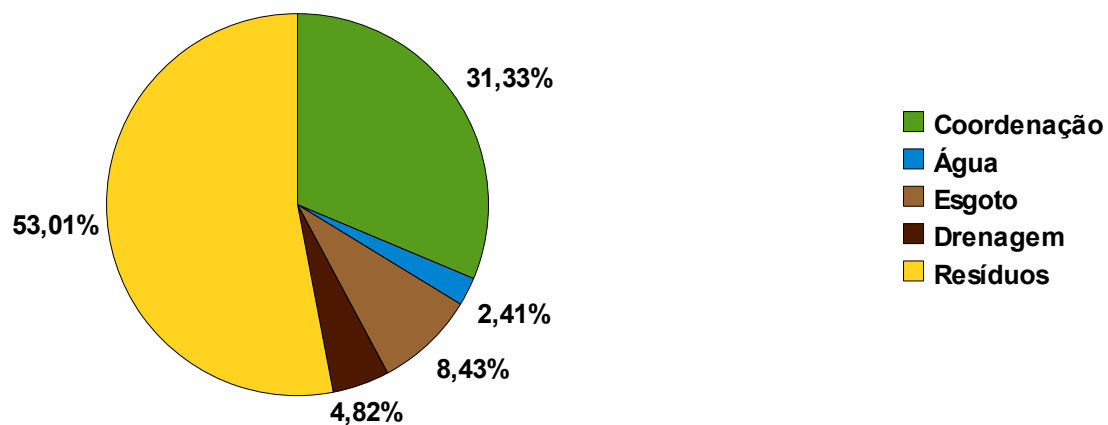


Gráfico 3: Divisão Geral dos Questionamentos realizados nas Audiências Públicas do PMSB



**ATA DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA
PARA A DISCUSSÃO DA PROPOSTA DE
PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO – PMSB**

Às 18h30min foi dado início aos trabalhos da 2ª Audiência Pública sobre o Plano Municipal de Saneamento Básico, realizada no Salão Vermelho da Prefeitura Municipal de Campinas. O Sr. Sérgio Pinheiro fez o cerimonial e convidou à mesa o Secretário Municipal do Verde e do Desenvolvimento Sustentável (SVDS), Rogério Menezes, o vereador Luiz Carlos Rossini, presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara Municipal de Campinas, o Secretário Municipal de Planejamento (SEPLAN), Ulysses Semeghini, o Secretário Municipal de Trabalho e Renda, Sebastião Canário, e a Presidente do Conselho da ARES-PCJ e Diretora da SVDS, Andréa Struchel. Após, saudou os presentes e passou a palavra para o Secretário Rogério Menezes. Este esclareceu os motivos dessa Audiência Pública e saudou a todos os presentes. Destacou que o PMSB foi elaborado por técnicos das Secretarias Municipais da Prefeitura de Campinas e da SANASA, o que causou economia de recursos públicos e otimização de processos internos, pois, geralmente, as Prefeituras pagam cerca de um milhão e meio de reais para a execução desse tipo de projeto, além disso, as informações primordiais para a execução dos trabalhos são de conhecimento dos técnicos das Prefeituras, que acabam fazendo parte dos trabalhos que as empresas privadas são pagas para fazer. O Secretário disse ainda que o conhecimento técnico do corpo de funcionários da Prefeitura de Campinas gerou um trabalho de alta qualidade. Ressaltou o cumprimento dos prazos previstos na legislação para a elaboração e conclusão do PMSB. Em seguida, passou a palavra ao vereador Rossini. Este saudou a todos os presentes e apresentou o compromisso da Câmara Municipal com a causa ambiental, com a questão do aumento da captação de água no Sistema Cantareira, e com a questão da destinação correta dos resíduos sólidos entre outros tópicos ambientais de suma importância para garantir a qualidade de vida da população que vive em Campinas. Após, o Secretário Rogério passou a condução dos trabalhos para a Dra. Andréa Struchel, representante do controle social nesta feita. De início, ela saudou a todos e leu a convocação publicada no DOM em 11/10/2013 referente a esta Audiência Pública. Feita a finalização da leitura a Dra. Andréa convidou a Engª Sylvia Regina Domingues

Teixeira, da SVDS, para fazer uma breve exposição a respeito dos trabalhos. A Eng^a Sylvia utilizou-se de uma apresentação em *power point* para expor os “Produtos 2 e 3”, conforme previsto no cronograma do PMSB. O “Produto 4” será a finalização do trabalho, utilizando das contribuições que serão obtidas através da presente Audiência, desde que passíveis de serem internalizadas. Encerrada a apresentação a Dra. Andréa convidou o Eng^o Fernando Carbonari, da Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SMSP), para fazer sua apresentação, também em *power point*, sobre a questão da Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos. Ao citar que há um projeto de mecanização da coleta de lixo, houve manifestação por vários integrantes do movimento de catadores de recicláveis, que protestaram pela sua exclusão diante da mecanização. A Dra. Andréa tomou a palavra e lembrou que haverá durante a Audiência um momento oportuno para elaboração de perguntas, quando então o Eng^o Carbonari poderá explicar a questão da mecanização e dos catadores de recicláveis. Após, foi dada a palavra ao Eng^o Gustavo Prado, representante da SANASA para expor sobre Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário. Da mesma forma como os antecessores, o Eng^o Gustavo apresentou uma exposição em *power point*. Encerrada a apresentação a Dra. Andréa passou a palavra ao Eng^o Phillip Cardoso, da SVDS, para apresentar os trabalhos sobre Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas, e convidou o Eng^o Renato de Camargo Barros, da Secretaria de Infraestrutura, para compor a mesa. A Dra. Andréa ainda informou aos presentes que a funcionária da SVDS, Maria Eugênia, já estava distribuindo as filipetas para que os interessados pudessem registrar as perguntas aos membros da mesa, as quais farão parte integrante desta Ata e de todo o trabalho final a ser produzido. O Eng^o Phillip então passou a falar sobre os objetivos e metas do trabalho, também através do *power point*. Uma vez concluída a apresentação, a Dra. Andréa passou a ler as perguntas efetivadas. A 1^a foi do Sr. Thiago Custódio, assessor do vereador Pedro Tourinho, que indagou: “como garantir o cumprimento da Lei nº 12.305 se a orientação de não geração e a priorização de contratação de cooperativas populares são esquecidas”? A 2^a foi do Sr. Jarbas José Piresque, que perguntou: “Em que momento o catador é incluído na mecanização da coleta seletiva”? O Eng^o Carbonari foi incumbido de respondê-las. Respondendo a 1^a pergunta afirmou que “A Política Municipal de

Resíduos Sólidos não hierarquiza uma atividade em detrimento de outra, por não serem excludentes e sim sequenciais. A reciclagem e a compostagem devem existir, assim como o reaproveitamento energético, cada um dentro de sua esfera técnica, de maneira sustentável. Todas as atividades serão realizadas de acordo com o preconizado na Lei Federal e dentro de seu espaço técnico de execução”. A 2ª resposta foi: “A mecanização a qual se faz referência no PMSB não é da coleta seletiva e sim da coleta convencional, ou seja, dos sacos de lixo destinados a esta, os quais devem sofrer segregação na origem e não conter recicláveis. Portanto, não há influência sobre o trabalho dos catadores de recicláveis. Além disso, o processo de reciclagem deve passar por um Programa de Educação Ambiental do cidadão, com respectiva segregação na origem e a coleta realizada separadamente, diferente da forma como vem sendo colocada. A Dra. Andréa então leu a 3ª pergunta, da arquiteta Rosana Bernardo, representante do Instituto Civitas, assim elaborada: “Com relação à coleta de esgoto para a região do Capivari, como se dará a implantação da rede prevista para 2017, considerando a questão de irregularidades das implantações dos loteamentos que remontam à década de 50”? O Engº Gustavo apresentou a seguinte resposta: “Sobre as habitações irregulares na bacia do Capivari que remontam à década de 1950, em grande parte as obras já estão projetadas e os pontos críticos deverão ser estudados junto à Secretaria de Habitação (SEHAB) e COHAB, para a viabilização da regularização dos núcleos habitacionais e a implantação da coleta de esgoto nas áreas não atendidas”. Em seguida, passou a palavra para a pergunta oral da Professora Sílvia Graciela que perguntou como será escolhido o Grupo Técnico que terá tamanha responsabilidade. Dirigindo-se ao Engº Carbonari, disse que não ficou clara a diferença de gari e catador para a gestão pública, necessitando maiores esclarecimentos. Como fica a questão da mecanização da coleta e da inclusão social do catador, como ser humano e cidadão participante do processo de gestão? Perguntou também como serão feitas as limpezas dos bueiros se a Prefeitura Municipal não passa a draga no Ribeirão Anhumas. Ainda perguntou qual o critério de diálogo? Responder perguntas via internet, Diário Oficial? E finalmente questionou se foram consideradas as propostas discutidas nas Conferências Municipais, Estaduais e Nacionais de Meio Ambiente na elaboração do PMSB? A resposta foi dada pela Engª Sylvia,

com o seguinte teor: “Na elaboração do Decreto será proposto que permaneça o mesmo grupo técnico de elaboração do PMSB até que se promulgue a Lei, que instituirá a Política Municipal de Saneamento Básico. Esse grupo é representado por técnicos internos que serão responsáveis pelo acompanhamento do PMSB, o que não significa que a sociedade não possa participar, por meio dos Conselhos. No entanto, há necessidade de um grupo contínuo para a compilação e sistematização das informações das diversas áreas/prestadores de serviço, a fim de que os assuntos sejam discutidos e publicizados. Um das dificuldades durante a elaboração do PMSB foi reunir os técnicos responsáveis pelos diferentes serviços, já que as atribuições destes não são exclusivas para as questões de Saneamento Básico. Por esse motivo, a estratégia adotada foi a compilação de dados, elaboração de produtos técnicos, realização de reuniões e a disponibilização dos produtos via internet ao público. Quanto à forma de diálogo não ser válida, há discordância sobre o assunto. Sugere-se que uma das funções das reuniões ordinárias dos Conselhos poderia ser incluir em suas pautas, as discussões referentes ao PMSB no sentido de formular propostas ao grupo técnico, promovendo a organização da sociedade. Ressalta-se que, diante da disponibilidade de recursos humanos e de mídia, foi o possível a ser executado. Além disso, acredita-se que em princípio o grupo técnico será formado pelos mesmos integrantes da elaboração do PMSB, ou um grupo mais reduzido para acompanhar efetivamente a execução do Plano, ou até mesmo um grupo maior com reuniões esporádicas para discutir as ações, a ideia ainda não está bem definida. Em suma, o que se propõe é que haja a criação de um grupo de acompanhamento contínuo. Após foi dada a palavra ao Sr. Armando Otaviano Júnior que se manifestou citando que “durante a 4ª Conferência Nacional de Meio Ambiente – sobre a temática de Resíduos Sólidos – foram discutidas a remuneração dos catadores, o protesto à incineração, enquanto a PMC não deixa claro qual a tecnologia que será adotada no município. Outras propostas discutidas durante a Conferência foram o pagamento pela execução do serviço de coleta seletiva pelos catadores de Cooperativas/Associações e a garantia da capacitação profissional da categoria. Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Jarbas José Pires que leu um texto criticando o Governo Municipal que está deixando de atender os interesses dos catadores de recicláveis. Questionou

sobre a inclusão social dos catadores, a remuneração por seus serviços, a disponibilização de equipamentos para as Cooperativas, as tecnologias a serem empregadas na gestão dos resíduos, o veto à formação de uma PPP, a transparência na tomada de decisões para a formulação de uma proposta conjunta sobre a problemática de resíduos sólidos em Campinas. Solicita a inclusão de 01 representante dos catadores na comissão de elaboração do PMSB. Após, a palavra foi dada à Sra. Maria Celeste Piva, que leu 11 diretrizes que alega que o PMSB não contemplou. Disse que “não são considerados os princípios e diretrizes da PNRS na proposta de PMSB de Campinas. Propôs que a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos saia do escopo do PMSB e que essa proposta seja decidida por votação, para que ocorra de fato a inclusão dos catadores e da sociedade civil na elaboração do PGIRS. Questionou se outros recursos, que não sejam de origem federal, estão previstos nas ações da SANASA e de drenagem, para que se desenvolvam atividades de educação ambiental. Disse estar indignada com o PMSB pelo fato de não serem consideradas as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Perguntou se os programas de educação ambiental serão contemplados nos projetos de Campinas com recursos financeiros que não sejam do Governo Federal. Após o Engº Carbonari teve a oportunidade de responder aos questionamentos que lhe foram dirigidos, alegando que “na planilha de orçamento, existe previsão de investimento/ações/metastas para a coleta seletiva, ou seja, ela não está ameaçada pela mecanização da coleta convencional. O que deve ser destacado é a necessidade de um Programa que aumente a eficiência da Coleta Seletiva através da segregação na origem, o que passa pela Educação Ambiental – que também está contemplada no PMSB. Em nenhum momento a municipalidade exclui a coleta seletiva dos outros Programas, que constituem os pilares da PNRS. Quanto à questão de incineração, em nenhum momento é feita menção desse termo no conteúdo do PMSB. O modelo de gestão adotado em Campinas se esgotou - pois se baseia na coleta simples, sem tratamento, disposição final direta no aterro e um índice baixíssimo de reaproveitamento de recicláveis (2%), e a gestão pública reconhece isso. Além disso, os modelos econômico-financeiro e tecnológico serão discutidos no projeto do CIVAR e de forma alguma irão excluir a reciclagem e a compostagem. Ressalta-se que como apresentado nas planilhas, a meta de coleta seletiva é sair dos 02% e

atingir os 30% de recicláveis, o que torna claro que não há exclusão da reciclagem no modelo de gestão proposto”. Em seguida o Eng^o Gustavo respondeu que “todas as obras descritas no PMSB preveem um percentual de investimento para as ações sociais, através do Programa SANASA na Comunidade, com ações de educação ambiental, que já atingiram cerca de 30.000 pessoas. Ainda é pouco, devido à dificuldade de mobilizar um grande número de pessoas, no entanto, com o tempo é esperado que se atinja uma população maior. Acredita-se que, se de cada 10 cidadãos, pelo menos 05 forem atingidos positivamente, a conscientização ambiental estará sendo promovida”. Na sequência, a Dra. Andréa leu as três perguntas escritas da Sra. Maria Celeste Piva, quais sejam: “Por que foram desconsiderados, na elaboração do PMSB, os onze princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos”? “Por que as metas e prazos estão tão genéricos, principalmente quando se coloca para as metas o termo contínuo”? “Por que a Secretaria de Trabalho e Renda não fez parte da comissão de trabalho para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico”? Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Emília Rutkowski que se referiu à espacialização das informações e que a maioria dos dados e mapas ainda sejam apresentados no formato de tabelas. Reconheceu que sempre houve uma grande dificuldade em tratar as questões de drenagem das águas pluviais e questiona “por que a implantação de Parques Lineares apresenta meta imediata, enquanto a elaboração do PMRH e o Plano Diretor de Drenagem Urbana é de curto prazo? Seguindo essa ordem de execução, se houver alguma incompatibilidade, como as questões serão resolvidas? Por que não trabalhar primeiro na elaboração dos Planos? Apontou que a Conferência Municipal de Meio Ambiente não foi mencionada na elaboração do PMSB, tanto quanto as questões ligadas a trabalho e renda quanto ações de educação ambiental. O PMSB descreve que serão beneficiadas 12 Cooperativas - 04 a princípio e 08 sequencialmente. No entanto, Campinas tem 14 Cooperativas, quais foram as excluídas do processo e como se tomou essa decisão? Por que investir tanto na mecanização da coleta convencional, se a PNRS preconiza que a coleta seletiva deve ser incentivada e uma vem de encontro à outra? Qual o prazo para o atendimento de 100% de coleta seletiva? Foi observada a falta de propostas de ações voltadas para a logística reversa de resíduos sólidos? Foi observada a falta de

tratar a questão da região metropolitana na elaboração do PMSB, tendo em vista que o tema de resíduos sólidos não é um problema local? Quanto ao CIVAR, por que serão gastos R\$ 300 milhões em um centro de valorização de resíduos que ainda não tem definida a tecnologia de tratamento a ser empregada? Apontou a falta de uma rota tecnológica para a resolução de todos os problemas apontados no diagnóstico dos resíduos sólidos, na elaboração do PMSB. A Eng^a Sylvia respondeu que “o fato de se gerar a proposta do PMSB não significa que tal Plano esteja perfeito e completo, dentro do prazo que foi estipulado, tanto na questão de detalhamento de informações, quanto nas ações, metas e orçamentos previstos para um horizonte de 20 anos. Já era previsto que haveria um Plano com “buracos” como foi dito, mas a intenção inicial foi sistematizar as informações até para conhecer melhor essas “lacunas”. Em nenhum momento pretende-se que as ações do Plano se encerrem com sua proposta e que sejam resolvidos todos os problemas num horizonte de 20 anos, para isso é proposto o grupo técnico que promoverá o acompanhamento contínuo no cumprimento das metas, detalhamento das ações, bem como decidirá a alocação de recursos. Hoje, é possível ver de forma sistematizada entre os quatro serviços, o quanto de recursos já se tem disponível e previsto, de forma a priorizar as áreas, nas quais serão atingidas mais pessoas e se promova um maior benefício. A ideia do plano é traçar diretrizes gerais e cabe a cada prestador de serviço detalhar as ações macro, para atingir as metas estipuladas. Por exemplo, existem ainda muitas propostas conceituais, como a do Programa de Educação Ambiental, a qual deverá estar ligada ao Plano Municipal de Educação Ambiental. Além disso, as ações devem ser integradas no sentido de otimizar a alocação de recursos e intervenções. A questão da Região Metropolitana ainda é uma lacuna, há poucas informações de como esses municípios irão crescer, sua população expandir e exercer influência sobre Campinas. No entanto, quanto maior a precisão no levantamento de dados das revisões do PMSB, maior será a eficiência no cumprimento das ações”. Após, foi a vez do Eng^o Carbonari responder. Ele disse que “ressaltava a dificuldade de se planejar num horizonte de 20 anos, questões que tratam de temas tão complexos como saúde pública, conforto da população, rotas tecnológicas, conflitos sociais, etc. Por isso, é fundamental que o PMSB seja revisado periodicamente - no espaço de tempo

mais curto possível - a fim de acompanhar a execução das ações. A previsão de custos do CIVAR pode a qualquer momento ser revista, de acordo com as rotas tecnológicas que se mostrarem mais viáveis para Campinas, seguindo o espírito de revisão que o próprio plano prevê. Com relação à questão da exclusão de duas cooperativas se comprometeu em revisar os dados que lhe foram passados, assumindo o compromisso de incluir todas cooperativas sem exceção, até porque isto foi uma determinação do Poder Público Municipal, que tem a meta de equipar e profissionalizar todas aquelas que estejam atuantes no município de Campinas. A Dra. Andréa passou a palavra à Sra. Laís Fraga. Esta afirmou que a incineração compete com a coleta reciclável dos catadores. Criticou veementemente a incineração do lixo. Apontou a inviabilidade da coexistência dos processos de queima de resíduos sólidos urbanos (incineração), reaproveitamento energético e reciclagem. E solicitou o reconhecimento da questão dos catadores no processo de gestão. A Dra. Andréa recebeu um documento subscrito por acadêmicos, na maioria, professores da UNICAMP. Depois, a Dra. Andréa leu a pergunta do Sr. Roberto Harari, no sentido de que “existem vários métodos de saneamento sustentável (seco/sem água negra) seu saneamento básico produz água de reúso não é sustentável. Qualquer saneamento sustentável promove as praias fluviais. Como pode a própria SANASA fiscalizar a qualidade da água. O Engº Gustavo se manifestou discordando que o reúso não é sustentável, uma vez que viabiliza o reaproveitamento da água proveniente do tratamento de esgoto para um uso menos nobre, enquanto se reserva o uso de água potável para fins mais nobres. Tal ação também contribui para a melhoria da qualidade dos recursos hídricos. Sobre a própria SANASA fiscalizar a qualidade de água, pela Portaria nº 2914, a SANASA atesta a qualidade de sua água por análises laboratoriais e está em processo de creditação do laboratório pelo INMETRO. Após, a Dra. Andréa leu as perguntas da Sra. Letícia Lopes Borges, a saber: Como fica a questão da ocupação de mata ciliar por residências, empreendimentos imobiliários, shopping centers? Vocês pretendem fazer o quê? A Engª Sylvia foi incumbida de respondê-las. Disse que: “sobre as ocupações irregulares em APP, são previstas ações integradas para impedir que empreendimentos/loteamentos avancem sobre essas áreas, dando-lhe uma função socioambiental ao integrá-las na área urbana, bem como garantir a

permeabilidade do solo e a manutenção de outras funções ambientais vitais. Quanto às ocupações irregulares, existem ações em conjunto com a Sec. de Habitação, também previstas no Plano Diretor, para remover moradores de áreas de risco e promover a conservação dessas áreas. Atualmente, existem três instrumentos utilizados para promover a conservação das Áreas de Preservação Permanente: os TACs (Termos de Ajustamento de Conduta) das empresas que necessitam se regularizar, os TCAs (Termos de Compromisso Ambiental) para as empresas que estão em fase de licenciamento e o BAV (Banco de Áreas Verdes). A garantia de que as ações serão cumpridas, a longo prazo, será através do monitoramento das ações do PMSB para garantir a efetividade e continuidade do plano no horizonte de 20 anos. Nos casos de terceirização, a alternativa usual é embuti-las nos contratos, para que respeitem as ações previstas e aprovadas. O PL de Licenciamento (PLC 24/12) prevê incentivos para quem faz uso de dispositivos de captação de águas de chuva, tecnologias sustentáveis, práticas ambientais. Essas ações estarão detalhadas em um Decreto, o qual beneficiará o empreendedor que incluir tais dispositivos em seus projetos durante o licenciamento. Ressalta-se que a adoção dessas medidas não é uma obrigatoriedade, no entanto é uma forma de incentivar tais práticas, assim como no caso do gerenciamento dos resíduos da construção civil, que também se encontram abarcados nessa proposta. Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Carlos Alexandre Silva, conselheiro do COMDEMA, que expôs que o Plano Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos não deveria estar inserido no PMSB já que o PGIRS ainda é insipiente. Destacou que não viu nada a respeito da coleta de resíduos de hospitais e similares. Propôs a separação do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) do Plano Municipal de Saneamento Básico, devido ao seu planejamento incipiente; evitando que o PGIRS, que ainda deve ser discutido, seja aprovado mediante Decreto Municipal. Acrescenta ainda para se levar em consideração o impacto das decisões das Conferências Municipais de Meio Ambiente, já que refletem a posição da população sobre as temáticas abordadas. Solicitou que seja situada a questão do tratamento de resíduos químicos no PMSB. Questionou o detalhamento da questão dos passivos ambientais de Campinas. Sugeriu a criação de grupos de trabalho para a revisão dos PGIRS, que contemplem também a sociedade civil organizada, de

forma a integrar catadores, poder público, empresas e a sociedade em geral, no sentido de conciliar os interesses. Sugere que o projeto da rota tecnológica seja apresentado, discutido nos Conselhos através da Comissão de Resíduos, a fim de que estes possam colaborar na elaboração do PGIRS. Após, a palavra foi do Sr. Tiago Custódio que também defendeu a separação do Plano de Gestão de Resíduos Sólidos do PMSB, devido às incertezas tecnológicas; falta de cumprimento dos contratos firmados; ineficiência da educação ambiental; não há, dentro do orçamento, verbas destinadas para o incentivo do manejo adequado de resíduos sólidos nos domicílios; não foram cumpridas as ações previstas para equipar as Cooperativas; firmação da PPP deve ser amplamente debatida com a sociedade; necessidade de discussão de tecnologias sociais para a criação de redes que beneficiem os catadores; inviabilidade da construção de um Complexo de Valorização de Resíduos - que demanda verba e tempo em contrapartida, a promoção do incentivo à Educação Ambiental e capacitação das Cooperativas de Catadores; proposição de mais discussões, audiências públicas em defesa dos direitos de cada cidadão. Criticou a ausência de recursos públicos no orçamento de toda a PMC para a educação ambiental. Ressaltou que houve o compromisso por escrito do Governo Municipal atual de que não haverá incineração de resíduos em Campinas. Criticou os gastos milionários previstos para a construção de usinas de lixo, pois tais verbas poderiam ser aplicadas na educação ambiental, construção de barracões equipados para os catadores. Na sequência o Sr. Fernando José Medeiros fez sua exposição. Ele questionou a inviabilidade da coexistência de mecanização x coleta seletiva e a opção pela PPP. Questionou a perda de espaço para debate dos quatro eixos de saneamento quando tratados em conjunto, principalmente quando se trata da questão de resíduos sólidos que age sobre o social. Questionou ainda o não pagamento pelos serviços ambientais prestados pelos catadores, devido aos custos que estes desoneram do poder público, decorrentes de seu trabalho. O Engº Carbonari respondendo aos questionamentos aduziu que: “a questão de resíduos de serviço de saúde está contemplada nos Produtos 1, 2 e 3. Aqueles originados de pequenos geradores e classificados como grupo A, são coletados pelo serviço municipal, os quais recebem destinação ambientalmente adequada. Já quanto aos grandes geradores, estes podem pagar para a PMC pelo tratamento e

disposição de seus resíduos ou optar por serviços particulares. Nesse sentido, considera-se que a situação do gerenciamento dos resíduos de serviço de saúde classe A esteja bem encaminhada. Para os resíduos de serviço de saúde classe B (químicos), há disponibilização de coleta para a demanda gerada nos espaços públicos, enquanto que para os outros geradores há a opção de terceirização. Ressaltou ainda que todas estas questões apresentam capítulo especial abordado no P2 e P3. Quanto à remuneração das Cooperativas, há conhecimento de que existe um processo em tramitação na PMC que passa por outras Secretarias (Trabalho e Renda, Assuntos Jurídicos, etc.). Destacou que essa remuneração deve respeitar ainda aos pré-requisitos de ordem legal das Cooperativas, devendo ser equacionado entre as Secretaria de Trabalho e Renda e as Cooperativas. Quando se fala em profissionalização dos catadores, não foram detalhadas todas as ações previstas para este Programa, no entanto esta ação está passível de mudanças. O investimento destinado às Cooperativas para a cobertura, a compra de equipamentos, etc., está previsto nas ações de planejamento”. Na sequência a Dra. Andréa leu as perguntas escritas do 4º bloco. A primeira foi da Sra. Nara Malta, que dizia: “gostaríamos de participar de uma reunião da Comissão Técnica para apresentar uma proposta para a gestão dos resíduos sólidos com inclusão dos catadores. É possível”? A 2ª filipeta lida foi da Sra. Daniele C. Mota, que propôs: “aprovar nessa plenária que as decisões técnicas sejam tomadas com participação dos catadores e da sociedade civil”. Depois, passou a palavra para o Sr. Eduardo Ferreira de Paula que criticou a ausência da educação ambiental no PMSB apresentado nesta data, eis que é fundamental para o desenvolvimento da coleta seletiva pelos catadores. Criticou ainda a incineração prevista no PMSB, que embora não tenha sido usado o termo “incineração” e sim outros nomes, é algo que deve ser evitado para prestigiar a coleta seletiva dos catadores. Sugeriu o investimento nas Cooperativas, a capacitação e a profissionalização dos catadores, tanto formais quanto informais. Depois foi a vez do Sr. Reginaldo Miranda de Almeida apresentar seu questionamento. Ele abordou a questão da coleta mecanizada que causa prejuízo aos catadores. Ele ainda apontou que sua Associação Renascer conta com 25 catadores e não dispõe de espaço físico para abranger os catadores das ruas. A Dra. Andréa então deu a palavra ao Sr. Felipe

Chagas, mas o mesmo já havia deixado o Salão Vermelho. Após a palavra foi passada à Sra. Emília Rutkowski que destacou a ausência de previsão de remuneração aos catadores de recicláveis pelos serviços ambientais prestados ao município. Perguntou se não há uma rota tecnológica definida, como foi possível direcionar grande parte do plano de investimento para o CIVAR? Disse que há pouco entendimento na atualidade sobre qual o modelo de gestão integrado de resíduos sólidos é mais adequado, portanto, não há condições para se firmar uma parceria público-privado (PPP) por um período de 20 anos. Às 21h30min, a Dra. Andréa prorrogou a sessão por mais 15 minutos para as respostas deste 4º bloco. Com relação à 2ª pergunta, será o Grupo de Trabalho formado quem irá acompanhar todo o desenvolvimento do PMSB. Sobre a captação de águas pluviais destacou que há um projeto de lei de incentivos para quem utilizar a captação de águas. Já a respeito da participação de catadores no grupo de trabalho argumentou que houve ampla divulgação dos trabalhos junto aos Conselhos Municipais, ao Ministério Público, ao grupo do Orçamento Participativo, foi postado no site da SVDS e no *Facebook*, acreditando que houve sim divulgação maciça junto à sociedade, mas que poucas sugestões e manifestações foram recebidas. Após confirmou a possibilidade de haver uma reunião com o grupo de trabalho e os catadores de recicláveis conforme a solicitação da Sra. Nara. Depois a Dra. Andréa leu as perguntas que serão respondidas durante os próximos 15 dias pela equipe técnica que trabalha no PMSB. Uma é do Sr. Filipe Chagas que indaga: “o inciso X do art. 2º da Lei 11.445 traz um dos princípios fundamentais: controle social. Para esta lei, controle social é o conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade (...) participações de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico”. Se ater apenas a audiência pública, conforme a Lei, não trata-se de controle social. A Resolução nº 75, de 02/07/09 do Conselho das Cidades (Ministério das Cidades) estabelece que, em seu art. 2º, é dever do titular dos serviços o estabelecimentos de mecanismos de participação e controle social na gestão de saneamento, ou seja, nas atividades de planejamento e regulação, fiscalização dos serviços na forma de Conselhos das Cidades ou similar, com caráter deliberativo. Diferente do Conselho Municipal de Saneamento consultivo contemplado pelo Plano. O próprio grupo

de trabalho técnico para elaboração do Plano não é composto por nenhum integrante da sociedade civil, vedamos mesmo a apresentação colegiada na figura dos Conselhos”. O Vereador Rossini registrou na filipeta o pedido para ser consignado que a aprovação do PMSB não elimina a necessidade e urgência de revisão do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Por final a Dra. Andréa informou que durante esses 15 dias a SVDS estará recebendo perguntas sobre este tema, seja pelo e-mail da SVDS, ou até mesmo pessoalmente. Às 21h45min foi encerrada a Audiência. Esta ata foi redigida pelo funcionário da SVDS Marcos Roberto Boni.

Campinas, 26 de novembro de 2013.

ANDRÉA CRISTINA DE OLIVEIRA STRUCHEL

Presidente do Conselho de Regulação e Controle Social da ARES-PCJ

ROGÉRIO MENEZES

Secretário Municipal do Verde e do Desenvolvimento Sustentável – SVDS

II AUDIÊNCIA PÚBLICA – DISCUSSÃO DA PROPOSTA DE PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

LISTA DE PRESENÇA

12/11/2013 – 18h00 – Salão Vermelho

1	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	P.M.C.	CARGO	Coord. Social
	NOME	Elaine Esperina Oliveira		
	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO		CARGO	
2	NOME	Peter Faria		
	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	SMCHIS	CARGO	
3	NOME	Sueli Trebucka Reis		Assessoria
	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO		CARGO	
4	NOME	Roberto F. Saquelli		
	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	E.E. Telmendes	CARGO	Relator
5	NOME	IVAN DE CARLOS		
	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	SANASA	CARGO	COORDENADOR
6	NOME	Roberto Brazner da Silva		
	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	Camara de Campinas	CARGO	Assessor V. Pedro Távila
7	NOME	João Carlos de Souza		
	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	ACOP	CARGO	PRÉ-SE-DE-NT
8	NOME	Thiago D. Cardoso		
	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	Comarca de São Carlos	CARGO	Assessor Técnico
9	NOME			
	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	SVDS / PMC	CARGO	Eng. Ambiental
10	NOME	Gerardo R. Andrade Neto		

II AUDIÊNCIA PÚBLICA – DISCUSSÃO DA PROPOSTA DE PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

LISTA DE PRESENÇA

12/11/2013 – 18h00 – Salão Vermelho

1	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	ARES-PLT	CARGO	ANALISTA
	NOME	FERNANDO GUERARDI	DE	ARES
2	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	ASSESSORIA	CARGO	PRESIDENTE
	NOME	SILVIO JOSÉ MACHQUES		
3	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	PAINEIS SHARON	CARGO	RESIDENTE
	NOME	CARLOS ALBERTO FREITAS		
4	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	SPINOFF	CARGO	CONSULTORA
	NOME	MIRIAM DOLAN COSTA		GERENCIAL
5	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO		CARGO	
	NOME	Ivo MIRANDA JR.		
6	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	PMC	CARGO	DIRETOR
	NOME	CARLOS J. BARREIRO		
7	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO		CARGO	
	NOME	Leila Celso Ciletti		
8	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	SAVATSA	CARGO	Gerente
	NOME			
9	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	SVDs - PMC	CARGO	ENG. AMBIENTAL
	NOME	SVIE EMJ SAKUMA KAWATOKO		
10	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	SVDs-PMC	CARGO	Estágio
	NOME	Ama Carla D'Anc des Santos		

II AUDIÊNCIA PÚBLICA – DISCUSSÃO DA PROPOSTA DE PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

LISTA DE PRESENÇA

12/11/2013 – 18h00 – Salão Vermelho

1	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	Voluntas Ambiental	CARGO	Diretor
	NOME	João Carlos Valle		
2	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	SVDs	CARGO	Dir. Administrativo
	NOME	Renato Simão Amorim		
3	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	Sando SA	CARGO	
	NOME	Luís Filipe Rodrigues		
4	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO		CARGO	
	NOME	Caroline Pineda		
5	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	Samar	CARGO	
	NOME	Amarina Dieste		
6	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO		CARGO	
	NOME	Vera Lucia K. Guimaraes		
7	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO		CARGO	
	NOME	Procurador Geral		
8	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	ATA/CONTEMA	CARGO	
	NOME	Guia Maria Jovetel		
9	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO		CARGO	
	NOME	João Operários Odeir de		
10	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	Praca do Brasil	CARGO	RSA
	NOME			

II AUDIÊNCIA PÚBLICA – DISCUSSÃO DA PROPOSTA DE PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

LISTA DE PRESENÇA

12/11/2013 – 18h00 – Salão Vermelho

1	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	Sepplan	CARGO	Secretário
	NOME	Wagner L. de Aguiar		
2	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	For. Valinhos	CARGO	Doutor Teodoro
	NOME	Renato Polym.		meu advogado
3	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	Samará	CARGO	Presidente
	NOME	Alenando S. Teixeira		
4	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	Cláudia Municipal	CARGO	Vereador
	NOME	Luiz Carlos Roenini		
5	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	Avila	CARGO	Presidente.
	NOME	ANTONIO BATISTA.		
6	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	—	CARGO	
	NOME	Amanda Real Jredere		
7	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	Nova Fênix	CARGO	
	NOME	José Furtado		
8	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	Sinédreod	CARGO	Proferen
	NOME	Marcelo José Adams		
9	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO		CARGO	
	NOME	Alcides Alcides		
10	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	Coop. Alvaro	CARGO	
	NOME	Alcides		

II AUDIÊNCIA PÚBLICA – DISCUSSÃO DA PROPOSTA DE PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

LISTA DE PRESENÇA

12/11/2013 – 18h00 – Salão Vermelho

1	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	Forum Lixo e Cidadania RMC	CARGO	
	NOME	Marina Celato Ritz		
2	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO		CARGO	
	NOME	Edvaldo Ferreira de Paula		
3	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	MOLIMONDA	CARGO	Administrativa
	NOME	DANI 4mo Lm		
4	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	MNC	CARGO	SOL NPL ST
	NOME	Thayra Cristina de Lima		
5	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO		CARGO	coordenador técnico
	NOME	Renato Augusto		
6	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO		CARGO	coordenador técnico
	NOME	Yese Aetium		
7	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO		CARGO	coordenador técnico
	NOME	Andreia Beatriz		
8	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO		CARGO	coordenador técnico
	NOME	Marcelo Otaviano Junior		
9	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	MNC	CARGO	
	NOME	Thayra Cristina		
10	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	PME - SVDS	CARGO	Coordenador STA gerencia
	NOME	Paulo Ricardo Egidio de Carvalho Neto		

II AUDIÊNCIA PÚBLICA – DISCUSSÃO DA PROPOSTA DE PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

LISTA DE PRESENÇA

12/11/2013 – 18h00 – Salão Vermelho

1	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	DE Vista / Sns / Pmc	CARGO	ENGENHEIRA
	NOME	DINAH T. T. G. CARPES		
2	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	CIESP CAMPINAS	CARGO	Diretor DMA
	NOME	STEFAN ROHR		
3	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	DLU / Sns P.	CARGO	Coord. de Trabalho
	NOME	Domènies Rueda de Barros		
4	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	SANASA.	CARGO	Gerente Integração
	NOME	Adriano Isenburg.		
	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO		CARGO	
5	NOME	Leticia Lopes Barros		
	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	município	CARGO	—
6	NOME	SEBASTIÃO		
	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	SANASA	CARGO	Ger. Pro. Ambiental
7	NOME			
	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	Pmc / Secretaria	CARGO	Director
8	NOME	Renato de Gómeas Barros		
	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	Civil	CARGO	
9	NOME	Filipe Cezar		
	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	Pmc / DLU	CARGO	
10	NOME	Luiz Carlos DONAON		

II AUDIÊNCIA PÚBLICA – DISCUSSÃO DA PROPOSTA DE PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

LISTA DE PRESENÇA

12/11/2013 – 18h00 – Salão Vermelho

1	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	SUDS	CARGO	ASSISTOR
	NOME	MARCOS BONI		
2	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	SAINKSA	CARGO	
	NOME	MOISSAUBRO MOURA		Consultor Técnico
3	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	UNIVASA	CARGO	
	NOME	FABIO GIMESINI PEDRO		ENGA. CIVIL
4	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO		CARGO	
	NOME	Luiz Roberto Gomes		cooperativa reciclável
5	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO		CARGO	
	NOME	Reinolden da Silva Elien		cooperativa M. Sei. Pous
6	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO		CARGO	
	NOME	Malquinea Soratti		
7	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	S.M.R.I	CARGO	Coordenadora
8	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	Unicef	CARGO	Diretora
	NOME	Elaine T. Pereira		
9	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	SNCAIS/PNC	CARGO	Coordenador
	NOME	FERNANDO JOSÉ MELO		
10	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	ONG NEMA	CARGO	DIRETOR
	NOME			

II AUDIÊNCIA PÚBLICA – DISCUSSÃO DA PROPOSTA DE PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

LISTA DE PRESENÇA

12/11/2013 – 18h00 – Salão Vermelho

1	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	Cooperativa Santa Grãmba	CARGO	cooperadora
	NOME	Aparecida N. Jorjal		
2	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	CONTIDENA	CARGO	CONSELHEIRO
	NOME	CARLOS ALEXANDRE SILVA		
3	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	ITCP-UNICAMP	CARGO	—
	NOME	DANIELE CORDEIRO MOTTA		
4	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	Fluxus Fec Unicamp	CARGO	Coordenadora
	NOME	Emília Wanda Rottenlocher		
5	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	Pnc. SVDS	CARGO	COORDENADORA
	NOME	PATRICIA NEVES BARBOSA		
6	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO		CARGO	
	NOME	Maria Salete M. Aquino		
7	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	Assoc. Sonha Barão	CARGO	2ª Secretária
	NOME			
8	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	Colégio de Domaneis	CARGO	Eng. Ambiental
	NOME			
9	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	SVDS	CARGO	ASSESSOR
	NOME	GUILHERME T.V.P. de Lima		
10	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	SVDS	CARGO	Assessoria Jurídica
	NOME	Alcides Roberto		

II AUDIÊNCIA PÚBLICA – DISCUSSÃO DA PROPOSTA DE PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

LISTA DE PRESENÇA

12/11/2013 – 18h00 – Salão Vermelho

1	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTISTA DE SANEAMENTO DE SÃO PAULO	CARGO	FISCAL
	NOME	Reginaldo Moreira		
	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO		CARGO	
2	NOME	Bruna Zanelli		
	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	ITCP - Unicef	CARGO	
3	NOME	Mrs. Roberto Silva		
	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	ITCP - Unicef	CARGO	
4	NOME	Roberto Moreira		
	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO		CARGO	
5	NOME	Leis Fogaça		
	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	Unicef	CARGO	Procurador
6	NOME			
	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	ITCP - Unicef	CARGO	
7	NOME	Felipe Iaidio Santos		
	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO		CARGO	
8	NOME	Rosana Bernardo		
	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	Inst. Pesq. Civitas	CARGO	
9	NOME			
	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	ITCP	CARGO	
10	NOME	Edmundo de Almeida		

II AUDIÊNCIA PÚBLICA – DISCUSSÃO DA PROPOSTA DE PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
LISTA DE PRESENÇA
12/11/2013 – 18h00 – Salão Vermelho

1	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	SUDS / PNC	CARGO	Assessoria Técnica
	NOME	STELLA REGINA DOMINGUES TEIXEIRA		
2	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	Cooperativa São Gabriel	CARGO	Cooperadora
	NOME	Janeiro José R. Neres		
3	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	SUDS	CARGO	Fiscalização
	NOME	João Navarro		
4	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	SMS	CARGO	Coordenador
	NOME	Família Mendes		Assessoria
5	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	SMAJ	CARGO	Procurador
	NOME	Marcelo Mithrand Junior		
6	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	J. J. Oliveira	CARGO	Procurador
	NOME	José Luis da Aguiar		
7	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	Cooperativa Santa Cruz	CARGO	Presidente
	NOME	Janeiro R. Neres		
8	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	Cooperativa Santa Cruz	CARGO	Cooperadora
	NOME	Sisile A. Francisco		
9	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	Cooperativa Santa Cruz	CARGO	Cooperadora
	NOME	Marcelo R. Neres		
10	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	Cooperativa Santa Cruz	CARGO	Cooperadora
	NOME	Francisco Alves		

II AUDIÊNCIA PÚBLICA – DISCUSSÃO DA PROPOSTA DE PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

LISTA DE PRESENÇA

12/11/2013 – 18h00 – Salão Vermelho

1	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	Rosângela Zadora / Sindicato	CARGO	Coordenadora
2	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO		CARGO	
3	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	Adriana Cristina - Aut. Saneamento	CARGO	
4	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	SANASA	CARGO	COORD. REL. TÉCNICAS
5	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	Gustavo Arthur M. Prado	CARGO	
6	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	MAIÃO Ferreira Valente	CARGO	
7	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	Alfonso	CARGO	
8	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	João Carlos Silva	CARGO	
9	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	Georg St. G.	CARGO	
10	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	coop. Ste Genebra	CARGO	

II AUDIÊNCIA PÚBLICA – DISCUSSÃO DA PROPOSTA DE PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

LISTA DE PRESENÇA

12/11/2013 – 18h00 – Salão Vermelho

1	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	SIDS	CARGO	Arquiteto
	NOME	Cezar A. M. Capelle		
	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	SIDS	CARGO	Engenharia
2	NOME	Dr. Hrp de S. Condessa		
	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO		CARGO	
3	NOME	Andrea Custora de O. Shudger		
	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	Conselho ARE-PCS	CARGO	Presidente
4	NOME	TEUMA APARECIDA VICENTINI		
	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO	SEINFRA/PMC	CARGO	Coord. Set. Projetos
5	NOME			
	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO		CARGO	
6	NOME			
	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO		CARGO	
7	NOME			
	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO		CARGO	
8	NOME			
	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO		CARGO	
9	NOME			
	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO		CARGO	
10	NOME			
	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO		CARGO	

II AUDIÊNCIA PÚBLICA – DISCUSSÃO DA PROPOSTA DE PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

12/11/2013 – 18h00 – Salão Vermelho

QUESTIONAMENTOS

Por que foi desconsiderado na elaboração do PMSB os onze princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos??

REGISTRAÇÃO

NOME

MARIA CELESTE PIVA

ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO

FORUM REGIONAL LIXO E CIDADANIA

II AUDIÊNCIA PÚBLICA – DISCUSSÃO DA PROPOSTA DE PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

12/11/2013 – 18h00 – Salão Vermelho

QUESTIONAMENTOS

Por que as METAS e PRAZOS estão tão genéricas, principalmente qdo se coloca para as metas, o termo CONTÍNUO?

REGISTRAÇÃO

NOME

MARIA CELESTE PIVA

ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO

FORUM REGIONAL LIXO E CIDADANIA

II AUDIÊNCIA PÚBLICA – DISCUSSÃO DA PROPOSTA DE PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

12/11/2013 – 18h00 – Salão Vermelho

QUESTIONAMENTOS

Por que a Secretaria de Trabalho e Renda não fez parte da comissão de trabalho para elaboração do Plano Mun. de Saneamento Básico?

REGISTRAÇÃO

NOME

MARIA CELESTE PIVA

ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO

FORUM REGIONAL LIXO E CIDADANIA

II AUDIÊNCIA PÚBLICA – DISCUSSÃO DA PROPOSTA DE PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
12/11/2013 – 18h00 – Salão Vermelho

4

QUESTIONAMENTOS	A lei 11445/07 traz a possibilidade da regularização das cooperativas de reciclagem, assumindo seu papel centros de coleta seletiva. Existe algum movimento	
IDENTIFICAÇÃO	NOME Filipe	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO
	E-MAIL	TELEFONE

no sentido de alocar a legislação

4

II AUDIÊNCIA PÚBLICA – DISCUSSÃO DA PROPOSTA DE PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
12/11/2013 – 18h00 – Salão Vermelho

5

QUESTIONAMENTOS	O inciso X do art 2º da lei 11445 traz uma dos princípios fundamentais: controle social. Para esta lei controle social é "o conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem a sociedade (...) participação dos processos de formulação de políticas, de planejamento	
IDENTIFICAÇÃO	NOME Filipe Chagas	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO
	E-MAIL	TELEFONE

2 de atividades relacionadas aos serviços públicos de saneamento básico." Se estiver apenas a audiência pública, conforme a lei, não trata-se de controle social. A resolução nº 75 de 02/07/09 do Conselho das Cidades (Ministério das Cidades) estabelece que, em seu Art 2º, é dever do titular dos serviços o "estabelecimento de mecanismos de participação e controle social na gestão do saneamento, ou seja, nas atividades de planejamento e regulação, fiscalização dos serviços na forma de conselhos das cidades ou similar, com caráter deliberativo". Além disso, os Conselhos Municipais de Saneamento contemplados pelo plano. O próprio grupo de trabalho técnico para elaboração do Plano não é composto por nenhum integrante da sociedade civil, vedando mesmo a representação coletiva na figura dos conselhos.

Por que a prefeitura anuncia investimentos de 300 milhões, além do pagamento por serviços prestados de tratamento e destinação de resíduos, a iniciativa privada através de uma PPP, ~~mas~~ não propõe uma dotação de recursos para estruturação das cooperativas de catadores, tampouco, o pagamento pelos serviços prestados, por estas, que através do seu trabalho garantem uma destinação correta dos materiais, mais do que eficiente, humana.

Nome: Felipe / ITCP Unicamp (6)

II AUDIÊNCIA PÚBLICA – DISCUSSÃO DA PROPOSTA DE PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
12/11/2013 – 18h00 – Salão Vermelho

7
QUESTIONAMENTOS

APROVAR NESTA PLENÁRIA QUE AS DECISÕES TÉCNICAS SEJAM TOMADAS COM PARTICIPAÇÃO DOS CATADORES E DA SOCIEDADE CIVIL.

CAÇÃO

NOME

DANIELE C. MOTTA

ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO

ITCP-UNICAMP

II AUDIÊNCIA PÚBLICA – DISCUSSÃO DA PROPOSTA DE PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
12/11/2013 – 18h00 – Salão Vermelho

8
QUESTIONAMENTOS

GOSTARÍAMOS DE PARTICIPAR DE UMA REUNIÃO DA COMISSÃO TÉCNICA PARA APRESENTAR UMA PROPOSTA PARA A GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS COM INCLUSÃO DOS CATADORES. É POSSÍVEL?

CAÇÃO

NOME

NARA MALTA

ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO

ITCP/UNICAMP

II AUDIÊNCIA PÚBLICA – DISCUSSÃO DA PROPOSTA DE PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
12/11/2013 – 18h00 – Salão Vermelho

9) Como garantir o cumprimento da lei 12305 se a orientação de não geração e a priorização de contratação de cooperativas populares são exigidas

CAÇÃO	NOME Miguel Antônio	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO Cob. Verde do Povo Taurino
-------	------------------------	---

II AUDIÊNCIA PÚBLICA – DISCUSSÃO DA PROPOSTA DE PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
12/11/2013 – 18h00 – Salão Vermelho

10) Em que momento o catador é incluído na mecanização da coleta seletiva?

CAÇÃO	NOME JARBAS José Pinês	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO Coord. Sta. Genebra / MNCB
-------	---------------------------	---

II AUDIÊNCIA PÚBLICA – DISCUSSÃO DA PROPOSTA DE PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
12/11/2013 – 18h00 – Salão Vermelho

11) EXISTEM VÁRIOS MÉTODOS DE SANEAMENTO SUSTENTÁVEL (SEO/SEUAGUAREB) SEO SANEAMENTO BÁSICO PRODUZ ÁGUA DE RESU NÃO SUSTENTÁVEL. QUALQUER SANEAMENTO SUSTENTÁVEL PROMOVE AS PRÁTICAS FINIAIS COMO PODE A PRÓPRIA SANASA FISCALIZAR A QUALIDADE DA ÁGUA

CAÇÃO	NOME ROBERTO HARARI	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO UAIÉO
-------	------------------------	----------------------------

SANASA

II AUDIÊNCIA PÚBLICA – DISCUSSÃO DA PROPOSTA DE PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
12/11/2013 – 18h00 – Salão Vermelho

12) Com relação à coleta de esgoto para a rede de captação, como se dará a implantação da rede prevista para 2017 considerando a questão de irregularidade das implantações dos loteamentos que remetem a área de 50

CAÇÃO	NOME Rosana Benardo	ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO Instituto de Pesquisa Civitas
-------	------------------------	--

II AUDIÊNCIA PÚBLICA – DISCUSSÃO DA PROPOSTA DE PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
12/11/2013 – 18h00 – Salão Vermelho

(13)

SAPC

QUESTIONAMENTOS

- 1- Como fica a questão da ocupação de mata ciliar por residências, empreendimentos imobiliários, shopping centers; vocês pretendem fazer o quê?
- 2- Uma vez que a legislação demanda uma série de ações como a Prefeitura vai suprir essa demanda de trabalho, especialmente a longo prazo? →

IDENTIFICAÇÃO

NOME

Leticia Lopes Borges

ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO

município

através de contratos de terceirização?

3- Vocês podem esclarecer melhor como vai funcionar, quais os planos para captação de águas pluviais?

(13)

II AUDIÊNCIA PÚBLICA – DISCUSSÃO DA PROPOSTA DE PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
12/11/2013 – 18h00 – Salão Vermelho

(14)

QUESTIONAMENTOS

Em, era ex: dependente química, fr cooperativa me resgatar. fr dentro da localidade.

IDENTIFICAÇÃO

NOME

E-MAIL

ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO

TELEFONE

Nome: ROSSINI

CARGO: VEREADOR

(15)

EMPRESA/ÓRGÃO: CÂMARA MUNICIPAL

SUGESTÃO — Que fique consignado
REPRESENTANDO que a aprovação do Plano Municipal de Saneamento não elimina a necessidade e urgência de revisão do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

FERRAMENTA DE CONTROLE SOCIAL
2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA – 12/11/2013
SUGESTÕES E CRÍTICAS: PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO – PMSB DE CAMPINAS
P2: PROGNÓSTICOS, OBJETIVOS E METAS E P3: PROGRAMAS E AÇÕES
INTERNALIZAÇÃO DAS REIVINDICAÇÕES ESCRITAS MANIFESTADAS NA AUDIÊNCIA

ITEM	NOME DO MANIFESTANTE	ÁREA	REIVINDICAÇÃO	TEXTO DE REFERÊNCIA PRODUTOS: P2 e P3 - PMSB	ACEITE NO P2 e/ou P3	JUSTIFICATIVA / RESPOSTA
1	Sra. Maria Celeste Piva	RESÍDUOS SSP/DLU	Por que foi desconsiderado na elaboração do PMSB os onze princípios da PNRS?	-	NÃO (O questionamento não será internalizado aos Produtos do PMSB)	Não há concordância acerca deste comentário. Os princípios da PNRS foram considerados, já que o PMSB aborda a reciclagem, a compostagem e reaproveitamento de energia dos RSUs, o equacionamento dos passivos ambientais e as cooperativas de reciclagens, dentre outros.
2	Sra. Maria Celeste Piva	COORD. SVDS	Por que as metas e prazos estão tão genéricas, principalmente quando se coloca para as metas – o termo contínuo?	-	NÃO (O questionamento não será internalizado aos Produtos do PMSB)	O termo “Contínuo” refere-se a uma meta que se inicia desde a fase de planejamento e permeia pelo horizonte de 20 anos de vigência do PMSB.
3	Sra. Maria Celeste Piva	COORD. SVDS	Por que a Secretaria de Trabalho e Renda não fez parte da Comissão de Trabalho para elaboração do PMSB?	-	NÃO (O questionamento não será internalizado aos Produtos do PMSB)	Nós entendemos que a Secretaria Municipal de Serviços Públicos, responsável pela gestão dos resíduos sólidos no município, seria a interface entre o Grupo de Trabalho e as demandas dos cooperados. Contudo, dentro do grupo permanente de acompanhamento do plano, a Secretaria de Trabalho e Renda será convidada a participar.

ITEM	NOME DO MANIFESTANTE	ÁREA	REIVINDICAÇÃO	TEXTO DE REFERÊNCIA PRODUTOS: P2 e P3 - PMSB	ACEITE NO P2 e/ou P3	JUSTIFICATIVA / RESPOSTA
4	Sr. Filipe Chagas	RESÍDUOS SSP/DLU	A Lei nº 11.445/07 traz a possibilidade de regularização das cooperativas de reciclagem, assumindo seu papel dentro da coleta seletiva. Existe algum movimento no sentido a atender a legislação?	PRODUTO 3: 1.4.2. AMPLIAR E MELHORAR O PROGRAMA DE COLETA SELETIVA Ação 8: Fomentar e equipar as cooperativas de reciclagens, de forma a profissionalizar o serviço.	JÁ CONTEMPLADO	Sim. No caso da regularização das cooperativas, existe um Grupo de Trabalho que está realizando um diagnóstico das mesmas para posteriores adequações, visando qualificá-las para pleitear recursos a fundo perdido, além de habilitar as mesmas para contratações futuras, pelo poder público municipal, para os serviços de coleta seletiva e triagem dos resíduos recicláveis.
5	Sr. Filipe Chagas	COORD. SVDS	O inciso X do art. 2º da Lei 11.445/07 traz um dos princípios fundamentais: Controle social. Para esta lei controle social é “o conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem a sociedade (...) participação aos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico”. Se ater apenas a audiências públicas, conforme a lei, não trata-se de controle social. A resolução nº 75 de 02/07/09 do Conselho das Cidades (Mcidades) estabelece que, em seu art. 2º, é dever do titular dos serviços o “estabelecimento de mecanismos de participação e controle social na gestão do saneamento, ou seja, nas atividades de planejamento e regulação, fiscalização dos serviços na forma de conselhos das cidades ou similar, com caráter deliberativo”. Diferente do Conselho Municipal de Saneamento consultivo contemplado pelo plano. O próprio grupo de trabalho técnico para elaboração do plano não é composto por nenhum integrante da sociedade civil, vedando a representação colegiada na figura dos conselhos.	-	NÃO (O questionamento não será internalizado aos Produtos do PMSB)	O Conselho de Regulação e Controle Social da ARES-PCJ, Decreto Municipal nº 17.775/12, onde o COMDEMA, Lei Municipal nº 10.841/01, tem representação, será o responsável por essa função no município de Campinas. O Decreto Federal nº 7.217/10, que regulamenta a Lei Federal nº 11.445/07, no seu artigo 34, inciso IV, cita o caráter consultivo do controle social.

ITEM	NOME DO MANIFESTANTE	ÁREA	REIVINDICAÇÃO	TEXTO DE REFERÊNCIA PRODUTOS: P2 e P3 - PMSB	ACEITE NO P2 e/ou P3	JUSTIFICATIVA / RESPOSTA
6	Sr. Felipe	RESÍDUOS SSP/DLU	Por que a Prefeitura anuncia investimentos de 300 milhões, além de pagamentos por serviços prestados de tratamento e destinação de resíduos à iniciativa privada através de uma PPP, e não propõe uma dotação de recursos para estruturação das cooperativas de catadores, tampouco, o pagamento pelos serviços prestados por estas, que através do seu trabalho garantem uma destinação correta dos materiais, mais do que eficiente, humana?	PRODUTO 3: 1.4.2. AMPLIAR E MELHORAR O PROGRAMA DE COLETA SELETIVA Ação 8: Fomentar e equipar as cooperativas de reciclagens, de forma a profissionalizar o serviço.	JÁ CONTEMPLADO	O orçamento é um item do PMSB e deve ser devidamente abordado, como foi. Na questão dos RSUs, repetimos que: - a concepção técnica apresentada é BÁSICA e não detalhada, cabível neste atual momento. - esta concepção BÁSICA considerou as 3 premissas contidas na PNRS – reciclagens, compostagens e reaproveitamento energético. - o valor considerado é uma ESTIMATIVA referente a esta concepção BÁSICA. - o detalhamento deste modelo de gestão dos RSUs será devidamente discutido e detalhado no seu exato momento.
7	Sra. Daniele Motta	COORD. SVDS	Aprovar nessa plenária que as decisões técnicas sejam tomadas com participação dos catadores e da sociedade civil.	-	JÁ CONTEMPLADO (Através das Audiências Públicas)	É importante ressaltar que, nos Produtos, foram apresentadas propostas para o Plano Municipal de Saneamento Básico, que é totalmente passível de mudanças e revisões. Além disso, a sociedade civil foi convidada a participar do processo de elaboração do PMSB através dos Conselhos, Ministério Público, redes sociais, publicações no site. Inclusive, a Coordenadoria está aberta a sugestões de alternativas mais eficientes de comunicação com o público. Desde a divulgação da primeira audiência (junho), a Coordenadoria esteve aberta para o recebimento de sugestões, ao passo que poucas contribuições chegaram. De forma que foram comunicados todos os meios pelos quais havia acesso.
8	Sra. Nara Malta	COORD. SVDS	Gostaríamos de participar de uma reunião da Comissão Técnica para apresentar um proposta para a gestão dos resíduos sólidos com inclusão dos catadores. É possível?	-	SIM (Os canais de comunicação estão abertos e as reivindicações serão contempladas caso sejam pertinentes)	Sim. É possível entrar em contato para agendar uma reunião de exposição das contribuições sugeridas para o PMSB, vindo de encontro justamente com a ideia do que se espera do plano. Ressalta-se que os canais de comunicação e de atendimento sempre estiveram abertos, no entanto praticamente não houve procura. Inclusive, foi proposta em ofício específico ao COMDEMA, a discussão sobre a temática, a qual não houve retorno.

ITEM	NOME DO MANIFESTANTE	ÁREA	REIVINDICAÇÃO	TEXTO DE REFERÊNCIA PRODUTOS: P2 e P3 - PMSB	ACEITE NO P2 e/ou P3	JUSTIFICATIVA / RESPOSTA
9	Sr. Thiago Custódio	RESÍDUOS SSP/DLU	Como garantir o cumprimento da Lei nº 12.305 se as orientações de não geração e a priorização de contratação de cooperativas populares são esquecidas?	PRODUTO 3: 1.1.2 PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL Ação 5: Educação Ambiental - Incentivo à Não-Geração 1.4.2. AMPLIAR E MELHORAR O PROGRAMA DE COLETA SELETIVA Ação 8: Fomentar e equipar as cooperativas de reciclagens, de forma a profissionalizar o serviço.	JÁ CONTEMPLADO	A Política Municipal de Resíduos Sólidos não hierarquiza uma atividade em detrimento de outra, por não serem excludentes e sim sequenciais. A reciclagem e a compostagem devem existir, assim como o reaproveitamento energético – cada um dentro de sua esfera técnica, de maneira sustentável. Todas as atividades serão realizadas de acordo com o preconizado na Lei Federal e dentro de seu espaço técnico de execução.
10	Sr. Jarbas Pires	RESÍDUOS SSP/DLU	Em que momento o catador é incluído na mecanização da coleta seletiva?	PRODUTO 3: 1.4.1. OTIMIZAR A COLETA E O MANEJO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS Ação 3: Mecanizar a coleta convencional Urbana 1.4.2. AMPLIAR E MELHORAR O PROGRAMA DE COLETA SELETIVA Ação 8: Fomentar e equipar as cooperativas de reciclagens, de forma a profissionalizar o serviço.	NÃO (O questionamento não será internalizado aos Produtos do PMSB)	A mecanização a qual se faz referência no PMSB não é da coleta seletiva e sim da coleta convencional, ou seja, dos RSUs coletados porta a porta (isentos de recicláveis segregados na origem), os quais são encaminhados à disposição final em aterro sanitário. Portanto, não há influência sobre o trabalho dos catadores de recicláveis. Além disso, o processo de reciclagem deve passar por um Programa de Educação Ambiental do cidadão, com respectiva segregação na origem e a coleta realizada separadamente, diferente da forma como vem sendo colocada.
11	Sr. Roberto Harari	ESGOTO SANASA	Existem vários métodos de saneamento sustentáveis (seco/sem água negra). Se o saneamento básico produz água de reúso não é sustentável. Qualquer saneamento sustentável promove as praias fluviais. Como pode a própria SANASA fiscalizar a qualidade da água?	PRODUTO 3: 1.3.4. PROGRAMA PARA VENDA DE ÁGUA DE REÚSO	NÃO (O questionamento não será internalizado aos Produtos do PMSB)	Discorda que o reúso não é sustentável, uma vez que viabiliza o reaproveitamento da água proveniente do tratamento de esgoto para um uso menos nobre, enquanto se reserva o uso de água potável para fins mais nobres. Tal ação também contribui para a melhoria da qualidade dos recursos hídricos. Sobre a própria SANASA fiscalizar a qualidade de água, na realidade quem faz a fiscalização é a Vigilância Sanitária que o faz, através de monitoramento de laudos. Vale salientar ainda, que seguindo a Portaria nº 2.914/11 do Ministério da Saúde, a SANASA atesta a qualidade de sua água por análises laboratoriais, sendo que o laboratório passa também por análises interlaboratoriais e está em processo de acreditação do laboratório pelo INMETRO, de acordo com os requisitos da norma ABNT NBR ISO/IEC 17025.

ITEM	NOME DO MANIFESTANTE	ÁREA	REIVINDICAÇÃO	TEXTO DE REFERÊNCIA PRODUTOS: P2 e P3 - PMSB	ACEITE NO P2 e/ou P3	JUSTIFICATIVA / RESPOSTA
12	Sra. Rosana Bernardo	ESGOTO SANASA	Com relação à coleta de esgoto para a região do Capivari, como se dará a implantação da rede prevista para 2017 considerando a questão de irregularidade das implantações dos loteamentos que remontam à década de 50?	PRODUTO 3: 1.3. PROGRAMA DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO 1.3.2. SISTEMA DE COLETA E AFASTAMENTO 3) Bacia do Rio Capivari	JÁ CONTEMPLADO	Sobre as habitações irregulares na bacia do Capivari que remontam à década de 1950, em grande parte as obras já estão projetadas e os pontos críticos deverão ser estudados junto à Secretaria de Habitação (SEHAB) e COHAB, para a viabilização da regularização dos núcleos habitacionais e a implantação da coleta de esgoto nas áreas não atendidas.
13	Sra. Letícia Borges	COORD. SVDS	1) Como fica a questão da ocupação de mata ciliar por residências, empreendimentos imobiliários, shopping centers, vocês pretendem fazer o quê? 2) Uma vez que a legislação demanda uma série de ações como a Prefeitura vai suprir essa demanda de trabalho, especialmente a longo prazo? Através de contratos de terceirizações?	PRODUTO 3: 1.1.3 PROGRAMA DE FISCALIZAÇÃO E LICENCIAMENTO AMBIENTAL Ação 1: Fiscalização Ação 2: Licenciamento Ambiental Municipal - LAM	JÁ CONTEMPLADO	Sobre as ocupações irregulares em APP, são previstas ações integradas para impedir que empreendimentos/loteamentos avancem sobre essas áreas, dando-lhe uma função socioambiental ao integrá-las na área urbana, bem como garantir a permeabilidade do solo e a manutenção de outras funções ambientais vitais. Quanto às ocupações irregulares, existem ações em conjunto com a Sec. de Habitação – também previstas no Plano Diretor - para remover moradores de áreas de risco e promover a conservação dessas áreas. Atualmente, existem três instrumentos utilizados para promover a conservação das Áreas de Preservação Permanente: os TAC (Termos de Ajustamento de Conduta) das empresas que necessitam se regularizar, os TCA (Termos de Compromisso Ambiental) para as empresas que estão em fase de licenciamento e o BAV (Banco de Áreas Verdes). A garantia de que as ações serão cumpridas a longo prazo será através do monitoramento das ações do PMSB para garantir a efetividade e continuidade do plano no horizonte de 20 anos. Nos casos de terceirização, a alternativa usual é embuti-las nos contratos, para que respeitem as ações previstas e aprovadas.
		DRENAGEM SEINFRA	3) Vocês podem esclarecer melhor como vai funcionar e quais são os planos para captação de águas pluviais	PRODUTO 3: 1.5.4. CONSERVAÇÃO DO SOLO E CONTROLE DA EROSÃO Ação 8: Captação das Águas Pluviais	JÁ CONTEMPLADO	Esta ação é caracterizada pela implantação de obras de infraestrutura para aumentar a captação e retenção das águas pluviais, a fim de amortecer os picos de vazão, promover a infiltração e, consequentemente, evitar a ocorrência de inundações e alagamentos em pontos críticos do município, durante o período das chuvas.

ITEM	NOME DO MANIFESTANTE	ÁREA	REIVINDICAÇÃO	TEXTO DE REFERÊNCIA PRODUTOS: P2 e P3 - PMSB	ACEITE NO P2 e/ou P3	JUSTIFICATIVA / RESPOSTA
14	Anônimo	-	Eu era ex-dependente químico e a Cooperativa me resgatou para dentro da sociedade.	-	-	-
15	Sr. Vereador Rossini	RESÍDUOS SSP/DLU	Que fique consignado que a aprovação do Plano Municipal de Saneamento não elimina a necessidade e urgência de revisão do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.	-	SIM (O questionamento será internalizado ao Produto 3 do PMSB)	A revisão do PMGIRS será realizada nos moldes previstos na Lei Federal 12305/2010. Nestes produtos P1 a P3, uma revisão do mesmo já foi feita, em termos de diagnóstico, prognósticos, metas e ações.

Área: refere-se principalmente as áreas de prestação dos serviços de Saneamento Básico, além de outros temas apresentados nos capítulos do Diagnóstico do PMSB de Campinas, podendo ser:

- Coordenação - SVDS
- Água
- Esgoto
- Resíduos Sólidos
- Drenagem Urbana

Reivindicação: solicitação da sociedade civil, encaminhada para a SVDS ou levantada nas audiências públicas.

Texto de Referência: Trecho do P2: Prognósticos, Objetivos e Metas e/ou P3 Programas e Ações do PMSB, referente à **área temática**, que aborda, explora ou abrange a reivindicação.

Aceite: Sim/Não/Já Contemplado

- Sim: para as reivindicações que serão internalizadas no PMSB, através de complementações no P2 e/ou P3;
- Não: para as reivindicações que não são pertinentes ou serão contemplados nas etapas posteriores;
- Já Contemplado: para as reivindicações que já foram abordadas no P1 e/ou P2 e/ou P3 do PMSB.

Justificativa: Explicação e argumentação do titular dos serviços de saneamento ou secretarias da PMC, referentes às reivindicações para o PMSB de Campinas.

FERRAMENTA DE CONTROLE SOCIAL
2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA – 12/11/2013
SUGESTÕES E CRÍTICAS: PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO – PMSB DE CAMPINAS
P2: PROGNÓSTICOS, OBJETIVOS E METAS E P3: PROGRAMAS E AÇÕES
INTERNALIZAÇÃO DAS REIVINDICAÇÕES ORAIS MANIFESTADAS NA AUDIÊNCIA

ITEM	NOME DO MANIFESTANTE	ÁREA	REIVINDICAÇÃO	TEXTO DE REFERÊNCIA PRODUTOS: P2 e P3 - PMSB	ACEITE NO P2 e/ou P3	JUSTIFICATIVA / RESPOSTA
1	Sra. Silvia Graciela	COORD. SVDS	Como será escolhido o grupo técnico?	-	NÃO (Será contemplado no Decreto que instituirá o PMSB de Campinas)	Na elaboração do Decreto será proposto que permaneça o mesmo grupo técnico de elaboração do PMSB até que se promulgue a Lei, que instituirá a Política Municipal de Saneamento Básico. Esse grupo é formado por técnicos internos, que serão responsáveis pelo acompanhamento do PMSB. Isso não significa que a sociedade não possa participar por meio dos Conselhos. No entanto, há necessidade de um grupo contínuo para a compilação e sistematização das informações das diversas áreas/ prestadores de serviço, a fim de que os assuntos sejam discutidos. Uma das dificuldades durante a elaboração do PMSB foi reunir os técnicos responsáveis pelos diferentes serviços, já que as atribuições destes não são exclusivas para as questões de Saneamento Básico. Por esse motivo, a estratégia adotada foi a compilação de dados, elaboração de produtos técnicos, realização de reuniões e a disponibilização dos produtos via internet ao público.
2		RESÍDUOS SSP/DLU	Não ficou clara a diferença de gari e catador para a gestão pública, necessitando maiores esclarecimentos. Como fica a questão da mecanização da coleta e da inclusão social do catador, como ser humano e cidadão participante do processo de gestão?	PRODUTO 3: 1.4.1. OTIMIZAR A COLETA E O MANEJO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS Ação 3: Mecanizar a coleta convencional Urbana 1.4.2. AMPLIAR E MELHORAR O PROGRAMA DE COLETA SELETIVA Ação 8: Fomentar e equipar as cooperativas de reciclagens, de forma a profissionalizar o serviço.	JÁ CONTEMPLADO	Na planilha de orçamento, existe previsão de investimento/ações/metad para a coleta seletiva, como também para as cooperativas, ou seja, ela não está ameaçada pela mecanização da coleta convencional. A mecanização a qual se faz referência no PMSB não é da coleta seletiva e sim da coleta convencional, ou seja, dos RSUs coletados porta a porta (isentos de recicláveis segregados na origem), os quais são encaminhados a disposição final em aterro sanitário. Portanto, não há influência sobre o trabalho dos catadores de recicláveis. O que deve ser destacado é a necessidade de um Programa que aumente a eficiência da Coleta Seletiva através da segregação na origem, o que passa pela Educação Ambiental – que também está contemplada no PMSB. Em nenhum momento, a municipalidade exclui a coleta seletiva dos outros Programas, que constituem os pilares da PNRS.

ITEM	NOME DO MANIFESTANTE	ÁREA	REIVINDICAÇÃO	TEXTO DE REFERÊNCIA PRODUTOS: P2 e P3 - PMSB	ACEITE NO P2 e/ou P3	JUSTIFICATIVA / RESPOSTA
3	Sra. Silvia Graciela	COORD. SVDS	Se a draga sobre o Ribeirão Anhumas, de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Campinas, não está em operação, o que serão das responsabilidades futuras?	-	JÁ CONTEMPLADO (PMSB)	As responsabilidades futuras, pertinentes ao Saneamento em Campinas, serão regidas pelo Plano Municipal de Saneamento Básico
4		COORD. SVDS	Qual o critério de diálogo? Responder perguntas via internet, Diário Oficial?	-	NÃO (O questionamento não será internalizado aos Produtos do PMSB)	Quanto à forma de diálogo não ser válida, há discordância sobre o assunto. Sugere-se que uma das funções das reuniões ordinárias dos Conselhos poderia ser incluir em suas pautas, as discussões referentes ao PMSB, no sentido de formular propostas ao grupo técnico, promovendo a organização da sociedade. Ressalta-se que diante da disponibilidade de recursos humanos e de mídia, foi o possível a ser executado. Além disso, acredita-se que a princípio o grupo técnico será formado pelos mesmos integrantes da elaboração do PMSB, ou um grupo mais reduzido para acompanhar efetivamente a execução do Plano, ou até mesmo um grupo maior com reuniões esporádicas para discutir as ações – a ideia ainda não está bem definida. Em suma, o que se propõe é que haja a criação de um grupo de acompanhamento contínuo.
5		COORD. SVDS RESÍDUOS SSP/DLU	Foram consideradas as propostas discutidas nas Conferências Municipais, Estaduais e Nacionais de Meio Ambiente na elaboração do PMSB?	-	SIM (Será internalizado nos Produtos do PMSB)	Serão contempladas na revisão dos programas envolvendo a gestão dos resíduos sólidos e de Educação Ambiental.
6	Sr. Armando Otaviano Junior	RESÍDUOS SSP/DLU	Durante a 4ª Conferência Nacional de Meio Ambiente – sobre a temática de Resíduos Sólidos – foram discutidas a remuneração dos catadores, o protesto à incineração, enquanto a PMC não deixa claro qual a tecnologia que será adotada no município. Outras propostas discutidas durante a Conferência foram o pagamento pela execução do serviço de coleta seletiva pelos catadores de Cooperativas/Associações e a garantia da capacitação profissional da categoria.	PRODUTO 3: 1.4.2. AMPLIAR E MELHORAR O PROGRAMA DE COLETA SELETIVA Ação 8: Fomentar e equipar as cooperativas de reciclagens, de forma a profissionalizar o serviço.	JÁ CONTEMPLADO	Quanto à questão de incineração, em nenhum momento é feita menção desse termo no conteúdo do PMSB. O PMSB deixa claro que haverá o atendimento aos princípios preconizados na PNRS – reciclagens, compostagens e reaproveitamento de energia. O modelo de gestão adotado em Campinas se esgotou - pois se baseia na coleta simples, sem tratamento, disposição final direta no aterro e um índice baixíssimo de reaproveitamento de recicláveis (2%) - e a gestão pública reconhece isso. Além disso, os modelos econômico-financeiro e tecnológico serão discutidos no projeto do CIVAR, objeto de licenciamento ambiental, onde são previstas audiências públicas. Em nenhum momento irão excluir a reciclagem e a compostagem.

ITEM	NOME DO MANIFESTANTE	ÁREA	REIVINDICAÇÃO	TEXTO DE REFERÊNCIA PRODUTOS: P2 e P3 - PMSB	ACEITE NO P2 e/ou P3	JUSTIFICATIVA / RESPOSTA
7		RESÍDUOS SSP/DLU	Questiona sobre a inclusão social dos catadores, a remuneração por seus serviços, a disponibilização de equipamentos para as Cooperativas, as tecnologias a serem empregadas na gestão dos resíduos, o veto à firmação de uma PPP, a transparência na tomada de decisões para a formulação de uma proposta conjunta sobre a problemática de resíduos sólidos em Campinas.	PRODUTO 3: 1.4.2. AMPLIAR E MELHORAR O PROGRAMA DE COLETA SELETIVA Ação 8: Fomentar e equipar as cooperativas de reciclagens, de forma a profissionalizar o serviço.	JÁ CONTEMPLADO	Na planilha de orçamento, existe previsão de investimento/ações/metad para a coleta seletiva, ou seja, ela não está ameaçada pela mecanização da coleta convencional. O que deve ser destacado é a necessidade de um Programa que aumente a eficiência da Coleta Seletiva através da segregação na origem, o que passa pela Educação Ambiental – que também está contemplada no PMSB. Em nenhum momento, a municipalidade exclui a coleta seletiva dos outros Programas, que constituem os pilares da PNRS.
8	Sr. Jarbas Pires	COORD. SVDS	Solicita a inclusão de 01 representante dos catadores na comissão de elaboração do PMSB.	-		A sociedade civil é representada pelos conselhos, onde a composição é feita por vários segmentos da sociedade. Nos temas de Saneamento Básico e Meio Ambiente, os Conselhos afetos são: Conselho de Regulação e Controle Social da ARES-PCJ e o COMDEMA. Os catadores podem buscar a sua representação nos dois conselhos. (Conselho de Regulação e Controle Social da ARES-PCJ, Decreto Municipal nº 17.775/12 e COMDEMA, Lei Municipal nº 10.841/01), respeitando os respectivos regimentos internos. As cooperativas podem se inscrever dentro da categoria na qual se enquadram e concorrer à vaga no corpo de conselheiros. Mesmo que o conselheiro da categoria não seja alguém das cooperativas, as cooperativas devem procurar o conselheiro eleito para que o mesmo leve suas reivindicações para discussão e posterior encaminhamento, pelos Conselhos.
9	Sra. Maria Piva	RESÍDUOS SSP/DLU	Não são considerados os princípios e diretrizes da PNRS na proposta de PMSB de Campinas. Propõe que a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos saia do escopo do PMSB e que essa proposta seja decidida por votação, para que ocorra de fato a inclusão dos catadores e da sociedade civil na elaboração do PGIRS.	-	NÃO (O questionamento não será internalizado aos Produtos do PMSB)	Não há concordância acerca deste comentário. Os princípios da PNRS foram considerados, já que o PMSB aborda a reciclagem, a compostagem e reaproveitamento de energia dos RSUs, o equacionamento dos passivos ambientais e as cooperativas de reciclagens, dentre outros.

ITEM	NOME DO MANIFESTANTE	ÁREA	REIVINDICAÇÃO	TEXTO DE REFERÊNCIA PRODUTOS: P2 e P3 - PMSB	ACEITE NO P2 e/ou P3	JUSTIFICATIVA / RESPOSTA
10	Sra. Maria Piva	ÁGUA/ESGOTO SANASA	Questiona se outros recursos que não sejam de origem federal estão previstos nas ações da SANASA e de drenagem, para que se desenvolvam atividades de educação ambiental.	PRODUTO 3: 1.2. PROGRAMAS DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA 1.2.5. PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS	JÁ CONTEMPLADO	Todas as obras descritas no PMSB preveem um percentual de 1% dos investimentos para as ações sociais, como o Programa SANASA na Comunidade – com ações de educação ambiental, que já atingiram cerca de 30.000 pessoas. Ainda é pouco, devido à dificuldade de mobilizar um grande número de pessoas; no entanto, com o tempo é esperado que se atinja uma população maior. Acredita-se que se de cada 10 cidadãos, pelo menos 05 forem atingidos positivamente, a conscientização ambiental estará sendo promovida.
11	Sra. Emília Rutkowski	COORD. SVDS	Questiona a espacialização das informações e que a maioria dos dados e mapas ainda sejam apresentados no formato de tabelas.	-	NÃO (O questionamento não será internalizado aos Produtos do PMSB)	A proposta apresentada levou em conta a base de dados espacializada disponível nas secretarias. Trata-se de um processo dinâmico, a base de informações georreferenciadas vai aumentar durante a fase de acompanhamento do plano.
12		COORD. SVDS	Reconhece que sempre houve uma grande dificuldade em tratar as questões de drenagem das águas pluviais e questiona “por que a implantação de Parques Lineares apresenta meta imediata, enquanto a elaboração do PMRH e o Plano Diretor de Drenagem Urbana são de curto prazo?”. Seguindo essa ordem de execução, se houver alguma incompatibilidade, como as questões serão resolvidas? Por que não trabalhar primeiro na elaboração dos Planos?	-	NÃO (O questionamento não será internalizado aos Produtos do PMSB)	Os Parques Lineares estão com meta de Longo Prazo, Quadro 1.33, pág. 102. Eles foram definidos no Plano Diretor (Lei Complementar nº 15/06 e também nos Planos de gestão Local das Macrozonas. Apesar de ter a função vinculada à permeabilidade, os que já estão elencados visaram prioritariamente a questão da conexão entre os fragmentos de vegetação nativa e APPs urbanas. No momento, estamos buscando recursos para elaboração dos projetos executivos e implantação dos mesmos. Os termos de referência dos referidos planos estão previstos para o ano de 2014. Se, após a elaboração dos Planos Municipais de Recursos Hídricos e do Plano Diretor de Drenagem, forem apontadas outras áreas onde parques lineares poderão desempenhar um papel predominante no cumprimento do objetivo desses Planos, outros parques poderão ser propostos sem causar conflito com os que estiverem implantados ou em fase de implantação.
13		COORD. SVDS RESÍDUOS SSP/DLU	Aponta que a Conferência Municipal de Meio Ambiente não foi mencionada na elaboração do PMSB, tanto quanto as questões ligadas a trabalho e renda quanto ações de educação ambiental.	-	SIM (Será internalizado nos Produtos do PMSB)	Serão contempladas na revisão dos programas.

ITEM	NOME DO MANIFESTANTE	ÁREA	REIVINDICAÇÃO	TEXTO DE REFERÊNCIA PRODUTOS: P2 e P3 - PMSB	ACEITE NO P2 e/ou P3	JUSTIFICATIVA / RESPOSTA
14	Sra. Emília Rutkowski	RESÍDUOS SSP/DLU	O PMSB descreve que serão beneficiadas 12 Cooperativas - 04 a princípio e 08 sequencialmente. No entanto, Campinas tem 14 Cooperativas, quais foram as excluídas do processo e como se tomou essa decisão? Por que investir tanto na mecanização da coleta convencional, se a PNRS preconiza que a coleta seletiva deve ser incentivada e uma vem de encontro à outra? Qual o prazo para o atendimento de 100% de coleta seletiva?	PRODUTO 3: 1.4.2. AMPLIAR E MELHORAR O PROGRAMA DE COLETA SELETIVA	SIM (Será internalizado, caso necessário na revisão dos Produtos do PMSB)	O número de Cooperativas será revisto no PMSB e o propósito da PMC é equipar/profissionalizar todas aquelas que estejam atuantes no município de Campinas. De acordo com as planilhas (Quadro 1.32), a meta de coleta seletiva é sair dos 2% e atingir os 30% de recicláveis, em longo prazo. O número das cooperativas informado considerou aquelas atualmente em operação e foi obtido junto à respectiva Coordenadoria de Coleta Seletiva. Sobre a questão da coleta mecanizada, repetimos o que já foi dito acima, a mesma e a coleta seletiva, em nenhum momento são excludentes.
15		RESÍDUOS SSP/DLU	Foi observada a falta de propostas de ações voltadas para a logística reversa de resíduos sólidos.	PRODUTO 3: 1.4.7. LOGÍSTICA REVERSA Ação 16: Fomentar e incentivar os programas de logística reversa, conforme Lei Federal 12305/2010.	JÁ CONTEMPLADO	A logística reversa, nos termos previstos na Lei Federal nº 12.305/10, depende dos setores produtivo, comerciantes e importadores, bem como de acordos setoriais. Neste aspecto, a municipalidade já está efetuando gestões junto aos setores produtivos em quais os acordos setoriais ainda não foram celebrados, visando a efetiva implantação da logística reversa no âmbito municipal e regional.
16		COORD. SVDS RESÍDUOS SSP/DLU	Foi observada a falta de tratar a questão da região metropolitana na elaboração do PMSB, tendo em vista que o tema de resíduos sólidos não é um problema local.	-	SIM (Serão internalizadas nas revisões e atualizações do PMSB)	A questão da Região Metropolitana ainda é uma lacuna, há poucas informações de como esses municípios irão crescer, sua população expandir e exercer influência sobre Campinas. No entanto, quanto maior a precisão no levantamento de dados das revisões do PMSB, maior será a eficiência no cumprimento das ações. Existe a dificuldade de se planejar num horizonte de 20 anos, questões que tratam de temas tão complexos como saúde pública, conforto da população, rotas tecnológicas, conflitos sociais, etc. Por isso, é fundamental que o PMSB seja revisado periodicamente - no espaço de tempo mais curto possível - a fim de acompanhar a execução das ações.

ITEM	NOME DO MANIFESTANTE	ÁREA	REIVINDICAÇÃO	TEXTO DE REFERÊNCIA PRODUTOS: P2 e P3 - PMSB	ACEITE NO P2 e/ou P3	JUSTIFICATIVA / RESPOSTA
16						É importante ressaltar que os Planos Municipais têm que “conversar” uns com os outros, à medida que vão sendo revisados, cada um dentro de sua dinâmica. Por exemplo, após a revisão do Plano Diretor, prevista para 2016, é possível que tenhamos mais informações a respeito dos cenários de crescimento da cidade e integração com a RMC e o PMSB terá que internalizar as novas informações e , talvez, até revisar os cenários futuros, fazendo os ajustes adequados nas ações e metas, para o cumprimento dos objetivos propostos.
17	Sra. Emília Rutkowski	RESÍDUOS SSP/DLU	<p>Quanto ao CIVAR, por que serão gastos R\$300 milhões em um centro de valorização de resíduos que ainda não tem definida a tecnologia de tratamento a ser empregada?</p> <p>Aponta ainda a falta de uma rota tecnológica para a resolução de todos os problemas apontados no diagnóstico dos resíduos sólidos, na elaboração do PMSB.</p>	<p>PRODUTO 3: 1.4.8. VALORIZAÇÃO DOS RSUs – LEI FEDERAL nº 12.305/10</p> <p>Ação 17: Firmar PPP para o gerenciamento dos RSU</p> <p>Ação 18: Implantar o CIVAR</p>	<p>SIM (Serão internalizadas nas revisões e atualizações do PMSB)</p>	<p>O orçamento é um item do PMSB e deve ser devidamente abordado, como foi. Na questão dos RSUs, repetimos que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a concepção técnica apresentada é BÁSICA e não detalhada, cabível neste atual momento. - esta concepção BÁSICA considerou as 3 premissas contidas na PNRS – reciclagens, compostagens e reaproveitamento energético. - o valor considerado é uma ESTIMATIVA referente a esta concepção BÁSICA. - o detalhamento deste modelo de gestão dos RSUs será devidamente discutido e detalhado no seu exato momento.
18	Sra. Laís Fraga	RESÍDUOS SSP/DLU	Aponta a inviabilidade da coexistência dos processos de queima de resíduos sólidos urbanos (incineração), reaproveitamento energético e reciclagem. E solicita o reconhecimento da questão dos catadores no processo de gestão.	-	<p>NÃO (O questionamento não será internalizado aos Produtos do PMSB)</p>	Com relação à incineração, em nenhum momento é feita menção desse termo no conteúdo do PMSB.

ITEM	NOME DO MANIFESTANTE	ÁREA	REIVINDICAÇÃO	TEXTO DE REFERÊNCIA PRODUTOS: P2 e P3 - PMSB	ACEITE NO P2 e/ou P3	JUSTIFICATIVA / RESPOSTA
19	Sr. Carlos Alexandre	COORD. SVDS RESÍDUOS SSP/DLU	Propõe a separação do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) do Plano Municipal de Saneamento Básico, devido ao seu planejamento incipiente; evitando com que um PGIRS que ainda deve ser discutido seja aprovado mediante Decreto Municipal. Acrescenta ainda para se levar em consideração o impacto das decisões das Conferências Municipais de Meio Ambiente, já que refletem a posição da população sobre as temáticas abordadas.	-	NÃO (O questionamento não será internalizado aos Produtos do PMSB)	A retirada do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) descaracterizaria o PMSB, ocasionando o não cumprimento da Lei Federal nº 11.445/07, impedindo o acesso aos recursos financeiros federais a partir de 2014. O que se propõe é a revisão das ações e metas voltadas para a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos para 2014.
20		RESÍDUOS SSP/DLU	Solicita que seja situada a questão do tratamento de resíduos químicos no PMSB.	-	SIM (serão internalizados nos Produtos 2 e 3)	A questão de resíduos de serviço de saúde está contemplada nos Produtos 1, 2 e 3. Aqueles originados de pequenos geradores e classificados como grupo A, são coletados pelo serviço municipal, os quais recebem destinação ambientalmente adequada. Já quanto aos grandes geradores, estes podem pagar para a PMC pelo tratamento e disposição de seus resíduos ou optar por serviços particulares. Nesse sentido, considera-se que a situação do gerenciamento dos resíduos de serviço de saúde classe A esteja bem encaminhada. Para os resíduos de serviço de saúde classe B (químicos), há disponibilização de coleta para a demanda gerada nos espaços públicos, enquanto que para os outros geradores há a opção de terceirização. Ressalta-se que será revisto os objetivos e programas envolvendo os RSS abordados no P2 e P3.

ITEM	NOME DO MANIFESTANTE	ÁREA	REIVINDICAÇÃO	TEXTO DE REFERÊNCIA PRODUTOS: P2 e P3 - PMSB	ACEITE NO P2 e/ou P3	JUSTIFICATIVA / RESPOSTA
21	Sr. Carlos Alexandre	RESÍDUOS SSP/DLU	Questiona o detalhamento da questão dos passivos ambientais de Campinas.	PRODUTO 3: 1.4.9. GERENCIAMENTO DOS PASSIVOS AMBIENTAIS Ação 19: Recuperação de passivos ambientais	JÁ CONTEMPLADO	A questão dos passivos ambientais dos locais Lixão Pirelli e Santa Bárbara não fazem parte do novo contrato dos RSUs em Campinas, dispostos no Delta A. Para estes locais, os passivos – monitoramento e ações de reabilitação serão objeto de licitações públicas visando os seus equacionamentos.
22		COORD. SVDS RESÍDUOS SSP/DLU	Sugere a criação de grupos de trabalho para a revisão dos PGIRS, que contemplem também a sociedade civil organizada, de forma a integrar catadores, poder público, empresas e a sociedade em geral, no sentido de conciliar os interesses.	-	SIM (O questionamento será internalizado no PMSB)	A sugestão será contemplada no Produto 3, através de uma ação que visa a revisão e atualização dos Programas de Gestão de Resíduos Sólidos, através de suas metas e ações.
23		RESÍDUOS SSP/DLU	Sugere que o projeto da rota tecnológica seja apresentado / discutido nos Conselhos através da Comissão de Resíduos, a fim de que estes possam colaborar na elaboração do PGIRS.	-	NÃO (O questionamento não será internalizado aos Produtos do PMSB)	Acreditamos que os Conselhos já estejam discutindo ações referentes ao PGIRS. Porém até o presente momento ainda não recebemos nenhuma contribuição dos mesmos, referentes às fases de Prognósticos e Programas e Ações (P2 e P3).

ITEM	NOME DO MANIFESTANTE	ÁREA	REIVINDICAÇÃO	TEXTO DE REFERÊNCIA PRODUTOS: P2 e P3 - PMSB	ACEITE NO P2 e/ou P3	JUSTIFICATIVA / RESPOSTA
24	Sr. Thiago Custódio	RESÍDUOS SSP/DLU	<p>A complexidade do assunto de resíduos sólidos justifica sua separação do PMSB, devido à(s):</p> <p>incertezas tecnológicas;</p> <p>falta de cumprimento dos contratos firmados;</p> <p>ineficiência da educação ambiental;</p> <p>não há dentro do orçamento, verbas destinadas para o incentivo do manejo adequado de resíduos sólidos nos domicílios;</p> <p>não foram cumpridas as ações previstas para equipar as Cooperativas;</p> <p>firmação da PPP deve ser amplamente debatida com a sociedade;</p> <p>necessidade de discussão de tecnologias sociais para a criação de redes que beneficiem os catadores;</p> <p>inviabilidade da construção de um Complexo de Valorização de Resíduos - que demanda verba e tempo – em contrapartida, a promoção do incentivo à Educação Ambiental e capacitação das Cooperativas de Catadores;</p> <p>proposição de mais discussões, audiências públicas em defesa dos direitos de cada cidadão.</p>	-	<p>NÃO</p> <p>(O questionamento não será internalizado aos Produtos do PMSB)</p>	<p>Ressalta sobre a dificuldade de se planejar num horizonte de 20 anos, questões que tratam de temas tão complexos como saúde pública, conforto da população, rotas tecnológicas, conflitos sociais, etc. Por isso, é fundamental que o PMSB seja revisado periodicamente - no espaço de tempo mais curto possível - a fim de acompanhar a execução das ações.</p> <p>Além disso, a retirada do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) descaracterizaria o PMSB, ocasionando o não cumprimento da Lei Federal nº 11.445/07, impedindo o acesso aos recursos financeiros federais a partir de 2014. O que se propõe é a revisão das ações e metas voltadas para a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos para 2014.</p>

ITEM	NOME DO MANIFESTANTE	ÁREA	REIVINDICAÇÃO	TEXTO DE REFERÊNCIA PRODUTOS: P2 e P3 - PMSB	ACEITE NO P2 e/ou P3	JUSTIFICATIVA / RESPOSTA
25	Sr. Fernando Medeiros	RESÍDUOS SSP/DLU	Questiona a inviabilidade da coexistência de mecanização x coleta seletiva e a opção pela PPP.	PRODUTO 3: 1.4.1. OTIMIZAR A COLETA E O MANEJO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS Ação 3: Mecanizar a coleta convencional Urbana	NÃO (O questionamento não será internalizado aos Produtos do PMSB)	A mecanização a qual se faz referência no PMSB não é da coleta seletiva e sim da coleta convencional, ou seja, dos sacos de lixo destinados a esta – os quais devem sofrer segregação na origem e não conter recicláveis. Portanto, não há influência sobre o trabalho dos catadores de recicláveis.
25		RESÍDUOS SSP/DLU	Questiona a perda de espaço para debate dos quatro eixos de saneamento quando tratados em conjunto. Principalmente, quando se trata da questão de resíduos sólidos que age sobre o social.	-	NÃO (O questionamento não será internalizado aos Produtos do PMSB)	A retirada do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) descaracterizaria o PMSB, ocasionando o não cumprimento da Lei Federal nº 11.445/07, impedindo o acesso aos recursos financeiros federais a partir de 2014. O que se propõe é a revisão das ações e metas voltadas para a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos para 2014.
27		RESÍDUOS SSP/DLU	Questiona o pagamento pelos serviços ambientais prestados pelos catadores, devido aos custos que estes desoneram do poder público, decorrentes de seu trabalho.	-	SIM (Serão internalizadas nas revisões e atualizações do PMSB)	Quanto à remuneração das Cooperativas, há conhecimento de que existe um processo em tramitação na PMC que passa por outras Secretarias (Trabalho e Renda, Assuntos Jurídicos, etc.). Lembrando que essa remuneração deve respeitar ainda aos pré-requisitos de ordem legal das Cooperativas, devendo ser equacionado entre as Sec. de Trabalho e Renda e as Cooperativas.
28	Sr. Eduardo Ferreira	RESÍDUOS SSP/DLU	Dentro do PMSB, não apareceu a questão dos catadores e da educação ambiental. Não houve uma discussão maciça e popular sobre o assunto e argumenta sobre a inviabilidade da incineração. Sugere o investimento nas Cooperativas, a capacitação e a profissionalização dos catadores, tanto formais quanto informais (não organizados).	PRODUTO 3: 1.1.2 PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL Ação 5: Educação Ambiental - Incentivo à Não-Geração 1.4.2. AMPLIAR E MELHORAR O PROGRAMA DE COLETA SELETIVA Ação 8: Fomentar e equipar as cooperativas de reciclagens, de forma a profissionalizar o serviço.	JÁ CONTEMPLADO	Quando se fala em profissionalização dos catadores, não foram detalhadas todas as ações previstas para este Programa, no entanto esta ação está passível de mudanças. O investimento destinado às Cooperativas para a cobertura, a compra de equipamentos, etc., está previsto nas ações de planejamento.
29	Sr. Reginaldo	RESÍDUOS SSP/DLU	Aponta que a Cooperativa Renascer conta com 25 catadores e não dispõe de espaço físico para abranger os catadores das ruas.	-	SIM (Será internalizado, caso necessário na revisão dos Produtos do PMSB)	O número de Cooperativas será revisto no PMSB e o propósito da PMC é equipar/profissionalizar todas aquelas que estejam atuantes no município de Campinas.

ITEM	NOME DO MANIFESTANTE	ÁREA	REIVINDICAÇÃO	TEXTO DE REFERÊNCIA PRODUTOS: P2 e P3 - PMSB	ACEITE NO P2 e/ou P3	JUSTIFICATIVA / RESPOSTA
30	Sra. Emília Rutkowski	RESÍDUOS SSP/DLU	O custo pelo pagamento do serviço prestado pelo catador não foi previsto na Planilha de Orçamento.	-	SIM (Serão internalizadas nas revisões e atualizações do PMSB)	Quanto à remuneração das Cooperativas, há conhecimento de que existe um processo em tramitação na PMC que passa por outras Secretarias (Trabalho e Renda, Assuntos Jurídicos, etc.). Lembrando que essa remuneração deve respeitar ainda aos pré-requisitos de ordem legal das Cooperativas, devendo ser equacionado entre as Sec. de Trabalho e Renda e as Cooperativas.
31		RESÍDUOS SSP/DLU	Se não há uma rota tecnológica definida, como foi possível direcionar grande parte do plano de investimento para o CIVAR? Há pouco entendimento na atualidade sobre qual o modelo de gestão integrado de resíduos sólidos mais adequado. Portanto, não há condições para se firmar uma PPP por um período de 20 anos.	PRODUTO 3: 1.4.8. VALORIZAÇÃO DOS RSUs – LEI FEDERAL nº 12.305/10 Ação 17: Firmar PPP para o gerenciamento dos RSU Ação 18: Implantar o CIVAR	NÃO (O questionamento não será internalizado aos Produtos do PMSB)	O orçamento é um item do PMSB e deve ser devidamente abordado, como foi. Na questão dos RSUs, repetimos que: - a concepção técnica apresentada é BÁSICA e não detalhada, cabível neste atual momento. - esta concepção BÁSICA considerou as 3 premissas contidas na PNRS – reciclagens, compostagens e reaproveitamento energético. - o valor considerado é uma ESTIMATIVA referente a esta concepção BÁSICA. - o detalhamento deste modelo de gestão dos RSUs será devidamente discutido e detalhado no seu exato momento.

Área: refere-se principalmente as áreas de prestação dos serviços de Saneamento Básico, além de outros temas apresentados nos capítulos do Diagnóstico do PMSB de Campinas, podendo ser:

- Coordenação - SVDS
- Água
- Esgoto
- Resíduos Sólidos
- Drenagem Urbana

Reivindicação: solicitação da sociedade civil, encaminhada para a SVDS ou levantada nas audiências públicas.

Texto de Referência: Trecho do P2: Prognósticos, Objetivos e Metas e/ou P3 Programas e Ações do PMSB, referente à **área temática**, que aborda, explora ou abrange a reivindicação.

Aceite: Sim/Não/Já Contemplado

- Sim: para as reivindicações que serão internalizadas no PMSB, através de complementações no P2 e/ou P3;
- Não: para as reivindicações que não são pertinentes ou serão contemplados nas etapas posteriores;
- Já Contemplado: para as reivindicações que já foram abordadas no P1 e/ou P2 e/ou P3 do PMSB.

Justificativa: Explicação e argumentação do titular dos serviços de saneamento ou secretarias da PMC, referentes às reivindicações para o PMSB de Campinas.

Por uma Rota Tecnológica de Gestão e Tratamento de Resíduos favorável à Reciclagem

Acadêmicos, pesquisadores, engenheiros, técnicos de Organizações Não Governamentais, catadores e apoiadores do Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável (MNCR) e outros profissionais atuantes na gestão de resíduos sólidos urbanos (RSU) reunidos durante o **1º Seminário Nacional Rotas tecnológicas para a Gestão e Tratamento de Resíduos Sólidos e a Reciclagem diante da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)**, ocorrido nos dias 25 e 26 de Setembro de 2013, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), após avaliarem diversas tecnologias apresentadas por especialistas durante o Seminário como soluções disponíveis para o tratamento dos RSU à luz das diretrizes definidas pela PNRS, chegaram ao seguinte posicionamento:

Compreende-se que existem diferentes rotas tecnológicas possíveis para a gestão dos resíduos sólidos urbanos e que diversas tecnologias vêm sendo ofertadas aos gestores públicos brasileiros como possibilidades para atendimento aos preceitos da Política Nacional de Resíduos Sólidos. No entanto, essas rotas nem sempre são complementares e, muitas vezes, são concorrentes com os princípios e diretrizes estabelecidas para a gestão de resíduos, onde a reutilização e a reciclagem necessariamente devem preceder o tratamento e a destinação final ambientalmente adequada dos rejeitos.

A Lei reconhece o resíduo sólido como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania. Algumas rotas se confrontam com este preceito, como também, com o projeto de sociedade que defendemos, o qual se baseia na redução da geração de resíduos e na garantia da inclusão social e da redução das desigualdades na sociedade brasileira. Assim, não nos interessa a implantação de rotas tecnológicas que concentram poder, riqueza e que destroem a natureza. Apoiamos soluções que defendem a vida e que distribuem riqueza.

A rota tecnológica que defendemos parte dos **princípios** da preservação ambiental, da autogestão, da solidariedade, da distribuição de renda e de justiça social. A preservação ambiental é uma característica fundamental do trabalho do catador que têm historicamente contribuído para a retirada de materiais potencialmente poluentes da natureza. Este trabalho, também, alimenta a cadeia produtiva da reciclagem, transformando em matéria prima resíduos sólidos que impactam a qualidade de vida em nossas cidades, evitando a necessidade de extração de novos recursos naturais e mais gastos com energia na produção de mercadorias, o que é coerente com a não geração e redução da produção do resíduo.

A autogestão, fundamento do trabalho dos catadores, é a prática econômica em que os trabalhadores são os donos das máquinas e equipamentos de produção. É o modo de organizar o trabalho sem patrões, tendo a decisão, o planejamento e a execução da produção sob controle dos próprios trabalhadores. A solidariedade é o sentido que articula as cooperativas, associações de catadores e catadores avulsos de todo o país: em vez da competição e da concorrência, o apoio mútuo entre os catadores permite construir soluções consorciadas para a prestação do serviço público de coleta seletiva. Organizando o trabalho de forma autogerida e solidária, temos a divisão justa dos resultados do trabalho e da remuneração pelo serviço público prestado e, no longo prazo, o combate à brutal desigualdade social do nosso país através da distribuição de renda e da busca pela justiça social.

A partir dessas premissas, buscamos compreender as rotas existentes e de que maneira elas podem contribuir ou dificultar a construção de um sistema nacional de tratamento de resíduos sólidos urbanos, calcado em uma visão sistêmica de gestão capaz de promover a proteção da saúde pública e da qualidade ambiental, o incentivo à indústria da reciclagem e a integração dos catadores de materiais recicláveis conforme os objetivos gerais da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Diante disso, propomos **uma rota tecnológica que favoreça a reciclagem dos RSU**, rumo à construção de uma cadeia produtiva da reciclagem de caráter popular e não concentrador. Duas diretrizes fundamentais da PNRS reforçam a priorização da rota da reciclagem: a hierarquização na gestão e tratamento dos resíduos sólidos e a logística reversa sob responsabilidade do setor empresarial produtor destes resíduos. Além disso, a reciclagem dos resíduos secos e orgânicos é o melhor caminho para responder às dificuldades de disposição ambientalmente adequadas dos RSU, presentes na maioria dos municípios brasileiros e para contribuir com a diminuição da geração de gases de efeito estufa e com a geração de empregos, pelo incentivo que representará à indústria da reciclagem.

Essa rota tem início no primeiro e fundamental passo: a segregação de resíduos nas fontes geradoras, ou seja, domicílios, estabelecimentos comerciais, indústrias e empresas em três frações: orgânicos, secos e rejeitos. A cidade de São Francisco, nos Estados Unidos, que adota essa estratégia, recupera mais de 80% dos resíduos gerados. Esses processos de separação efetiva o princípio de responsabilidade social

compartilhada, envolvendo totalidade dos cidadãos na solução do problema do lixo, instituindo um processo de educação e mudança cultural que é a base para uma relação saudável com o meio ambiente.

A **coleta seletiva deve ser a base da gestão de resíduos**. A Coleta Seletiva Solidária, Tecnologia Social desenvolvida pelos catadores há décadas e reorganizada por cooperativas e associações de catadores a partir dos saberes por eles acumulados, deve ser alternativa prioritária para a coleta, de forma a ampliar a sua eficiência. Os catadores, além de realizarem a coleta de forma mais abrangente e capilar, desenvolvem um importante trabalho de mobilização da população, educando sobre o que deve ser reciclado e sensibilizando para a separação, já que o material servirá de sustento para famílias de trabalhadores que não teriam condições de tirar o seu sustento em outros postos oferecidos pelo mercado formal de trabalho. Com isso, ampliam a quantidade de recicláveis retiradas dos resíduos. Temos como referência a experiência que vem sendo realizada há mais de 10 anos no município de Londrina-PR. Com o aumento da abrangência da coleta seletiva nos municípios, as associações e cooperativas de catadores devem buscar aumentar sua capacidade de coleta e triagem, com uma infraestrutura adequada, e ampliando os serviços pela integração do trabalho de catadores avulsos aos programas de coleta.

A **triagem dos recicláveis** também deve ser realizada por associações e cooperativas de catadores com a infraestrutura necessária e o combate ao trabalho precário. As alternativas tecnológicas colocadas para essa atividade, como mecanização da triagem e outras adequações dos galpões de triagem para maior produtividade deverão ser implantadas sob controle dos catadores, permitindo que os mesmos se apropriem das soluções tecnológicas e tenham liberdade para escolher e modificar as opções existentes a partir de seus saberes e experiência.

À medida que o índice brasileiro de coleta seletiva aumentar, será preciso desenvolver, expandir e implementar a indústria da reciclagem. Essa expansão, no entanto, deve ser realizada prioritariamente pelas associações e cooperativas de catadores, já que se reconhece o importante papel que, historicamente, os catadores vêm desenvolvendo na manutenção e expansão da reciclagem de RSU no Brasil. Temos, portanto, como perspectiva, o avanço dos catadores na cadeia de valor da reciclagem, com os catadores incluindo paulatinamente ao conjunto das atividades de coleta e triagem que realizam, atividades de beneficiamento industrial dos recicláveis, constituindo uma cadeia produtiva de outro tipo, à qual damos o nome de **Reciclagem Popular**. Ela consiste, nesse sentido, em um objetivo de médio prazo no qual a cadeia produtiva da reciclagem estaria organizada segundo a autogestão e sob controle dos catadores e da população em geral, enquanto consumidores social e ambientalmente responsáveis.

Também é urgente o enfrentamento da questão da coleta e tratamento dos **resíduos orgânicos** que representam mais de 50% da composição dos resíduos domiciliares. A coleta desses resíduos pode ser feita de maneira agregada à coleta seletiva solidária, realizada pelos catadores ou pode ser feita por entes públicos e privados, dependendo do modelo de reciclagem a ser adotado. Os tratamentos que reconhecemos como adequados para os materiais orgânicos são a Biodigestão Anaeróbia e a Compostagem. Ambas podem ser realizadas de forma domiciliar ou em larga escala e podem ser uma alternativa para geração de renda para os catadores e para outros trabalhadores nas regiões periféricas dos centros urbanos.

Para a não geração e redução desses tipos de resíduos poderão se desenvolver entre outros, programas de compostagem *in situ*, com incentivo às soluções nos domicílios e nos condomínios, com assistência técnica adequada fornecida pelo sistema de gestão, por meio de instalação de composteiras e incentivo ao uso do composto na própria casa ou espaço condominial. O Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de São Paulo, recentemente em revisão participativa, adotou essa importante estratégia. Também são possíveis soluções de compostagem comunitária de simples manuseio e pequeno impacto local ou com pequenas unidades de biodigestão.

Um terço da população da região de Flandres na Bélgica, cerca de dois milhões de pessoas, fazem compostagem *in situ*. Centenas de municípios indianos fazem uso de pequenas unidades descentralizadas de biodigestão anaeróbia, com geração de gás utilizados nas cozinhas. Várias cidades da Suécia têm parte de seu sistema de transporte público movido a gás produzido a partir dos resíduos orgânicos.

Quanto aos **rejeitos**, defende-se como horizonte a sua redução, ou seja, diminuir gradativamente a quantidade de resíduos que são considerados rejeitos. Por isso, precisamos buscar alternativas tecnológicas e de mercado para reciclar aqueles materiais que, atualmente, não são reciclados, ou cuja escala de reciclagem ainda é pequena, ou tampouco são corretamente destinados, tais como óleos de cozinha, pilhas, baterias, lâmpadas, isopor, tetrapak, vidro, eletroeletrônicos, medicamentos vencidos, dentre outros. Além disso, consideramos inaceitável que as empresas continuem a produzir embalagens de materiais não recicláveis ou reutilizáveis e, portanto, defendemos que as mesmas deixem de ser produzidas.

Para **viabilizar a implementação desta rota tecnológica** consideramos necessárias que algumas **condições** sejam atendidas:

- Os **sistemas de limpeza urbana** devem ser **públicos**, com controle social e participação dos cidadãos, em seu planejamento e execução dentre eles os catadores de materiais recicláveis, cuja atividade não tem fins

lucrativos. Isto confronta o sentido privatista estabelecido historicamente na gestão dos resíduos sólidos urbanos em nosso país, em que mais lixo significa mais lucro para alguns, sem a devida preocupação com as consequências ambientais e sociais desta escolha. Acreditamos que o fortalecimento do sentido público da gestão dos resíduos sólidos com controle social é o único caminho para concretizar a hierarquia da não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos estabelecida pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Cabe ao Poder público, em suas diversas instâncias e esferas - Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público, o papel de construir propostas em parceria com os diversos segmentos sociais para garantir o caráter público da gestão dos resíduos sólidos. Particularmente cabe aos Governos estaduais a responsabilidade pela indução e apoio à construção de políticas diferenciadas que respondam à diversidade das cidades em cada um de seus territórios, sem jamais esquecer as premissas da PNRS.

- **A gestão dos RSU deve ser financiada por recursos públicos e pelo setor produtivo**, reconhecida a premissa do poluidor pagador.

- **As cooperativas e associações de catadores prestam um serviço ao Poder Público e à preservação do meio ambiente** e, portanto, devem ser contratadas para realização das atividades que lhes couber na gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos, sendo remunerados por esta prestação de serviço público e pelo serviço ambiental que prestam à sociedade.

- **Não à PPP!** As Parcerias Público Privada (PPPs), proposta que vem sendo disseminada no Brasil como modelo de gestão dos resíduos sólidos, além de tirarem do Poder público a prerrogativa de conceber o sistema de gestão e as tecnologias de tratamento dos resíduos, transferindo-o para iniciativa privada, por força de contrato irão gerar o engessamento da rota tecnológica escolhida por um longo período. Consideramos que não há maturidade tecnológica hoje no Brasil para definir contratos de 20 a 30 anos que irão limitar o desenvolvimento de alternativas adequadas às diferentes realidades do país e poderão impedir o avanço da reciclagem. Há muitos exemplos de transferência inadequada e inapropriada de tecnologias de tratamento e gestão de resíduos, que podem ser vistas em milhares de estruturas abandonadas pelo Brasil afora, como o programa das usinas de lixo dos anos 1980, e que não vemos sentido em repetir.

- **Não à incineração!** Toda e qualquer tecnologia de queima de resíduos sólidos urbanos, tais como a incineração e combustível derivado de resíduo (CDR), deve ser evitada, uma vez que esta rota é concorrente com a rota tecnológica da Reciclagem. A queima dos RSU sempre disputará com a reciclagem, pois é o resíduo seco reciclável que possui alto poder calorífico e que garante a eficiência destes sistemas. Além disso, a incineração constitui-se como uma tecnologia contrária ao princípio da redução, pois só apresenta viabilidade técnica em larga escala, tendo que ser alimentada de maneira contínua e há, ainda, muitas controvérsias sobre sua viabilidade econômica e sobre os malefícios ambientais e para saúde pública que causa, sendo questionável a capacidade operacional e técnica do Estado brasileiro em controlar tais malefícios. É necessário, ainda, se avaliar melhor outras tecnologias de aproveitamento energético dos resíduos, tais como a pirólise lenta, avaliando suas relações com a reciclagem de RSU e os impactos na inclusão dos catadores no sistema de gestão dos resíduos. A produção de lixo na quantidade atual é uma manifestação evidente da irracionalidade da produção voltada ao mercado, mas adotar a incineração para tratamento do lixo é demonstração de irracionalidade e falta de inteligência social.

Desde Lavoisier sabemos que na natureza nada se cria, tudo se transforma: matéria e energia apenas podem ser transformadas em outras combinações de matéria e energia. No entanto, os estados em que matéria e energia se apresentam podem ser mais ou menos úteis ou aproveitáveis como matérias primas ou insumos das atividades humanas que as transformam em produtos que satisfazem nossas necessidades. Tecnicamente, quanto maior a desorganização da matéria (maior entropia), menos utilizável é a energia disponível. A incineração não destrói apenas o lixo, mas transforma matéria organizada (por exemplo, matéria orgânica com alta sintropia) e energia disponível em estados inutilizáveis (alta entropia). Isso afeta diretamente o equilíbrio da natureza, que perde matéria orgânica acumulada pelos lentos processos de fotossíntese e crescimento da vegetação. O desperdício inclui também o trabalho humano acumulado em materiais já processados em ciclos de produção anteriores. Queimar papel ou plásticos, além de reduzi-los a estados de matéria/energia inaproveitáveis, destrói todo o esforço social despendido anteriormente em sua produção.

- Por isso, a reciclagem é a tecnologia mais sustentável para tratamento de RSU, ao preservar matéria orgânica como matéria orgânica (compostagem) e preservar o trabalho humano acumulado. Os catadores, com base em sua história de desenvolvimento da reciclagem no Brasil, são os principais atores sociais para viabilizar esta tecnologia social. E isto não apenas porque conseguem manter sua vida e dignidade com este trabalho, mas porque reequilibram os fluxos de matéria, energia e produção de modo sustentável. A consciência social a respeito do problema do lixo e do valor da reciclagem deve muito à atuação desses trabalhadores que estão presentes em nosso cotidiano, quase sempre sem ter o reconhecimento que merecem.

- **Não à precariedade das condições de trabalho com resíduos!** Reconhece-se que, apesar dessa importante contribuição social, econômica e ambiental, os trabalhadores com RSU no Brasil ainda vivem em situação de trabalho precário. Defendemos a melhoria imediata de suas condições de trabalho, com a construção de postos de trabalho digno para catadores e garis, incluindo o aumento da remuneração que hoje, em média, é inferior ao salário mínimo.

Por fim, compreendemos que para a solução dos diversos problemas do lixo urbano no Brasil e para o atendimento à Política e ao Plano Nacional de Resíduos Sólidos **há demandas diversas de estudos e pesquisas para construir a maturidade das soluções mais adequadas às diversas realidades que vivemos no país.** Entendemos que deveriam ser criados fundos específicos ou definidas formas de acesso específicas para o tratamento e gestão de resíduos sólidos junto aos financiamentos das agências brasileiras de fomento em ciência e tecnologia, de modo a mobilizar universidades e institutos de pesquisa brasileiros para a construção destas soluções, as quais necessariamente passam pela articulação do saber prático e do conhecimento científico, e pelo reconhecimento da contribuição ao tema que vem sendo dada ao longo de anos de trabalho conjunto entre catadores e técnicos.

No rol de pesquisas e estudos inicialmente proposto, encontram-se:

- A sistematização e desenvolvimento de novas tecnologias sociais para melhorar a eficiência da Coleta Seletiva Solidária;
- Identificação e solução para os gargalos da cadeia produtiva e do mercado da reciclagem no Brasil, particularmente para a promoção da Reciclagem Popular;
- O estudo dos limites, potencialidades e formas de apropriação pelos catadores, da tecnologia de triagem mecanizada de RSU e sua contribuição para a Reciclagem Popular;
- O estudo dos limites, potencialidades e formas de apropriação pelos catadores, da tecnologia de biodigestão anaeróbica e compostagem;
- O estudo dos limites, potencialidades e formas de apropriação pelos catadores, da tecnologia de pirólise lenta, particularmente suas consequências em relação à reciclagem de RSU;
- Desenvolvimento de soluções para a reciclagem de produtos atualmente considerados rejeitos - por não existir tecnologia para a reciclagem ou cuja reciclagem ainda é reduzida, por não ser economicamente viável.

Belo Horizonte, 26 de Setembro de 2013.

ASSINAM ESTE DOCUMENTO (estamos coletando assinaturas):

Ioli Wirth, doutoranda em Ciência Sociais da Universidade Estadual de Campinas

Jacqueline E. Rutkowski, engenheira mecânica, doutora em Engenharia de Produção, pesquisadora do Instituto SUSTENTAR de Estudos e Pesquisas em Sustentabilidade e consultora

Lais Fraga, doutora em Política Científica e Tecnológica e Pesquisadora da UNICAMP

Dan Schneider, Engenheiro Mecânico, mestre e consultor. Membro da Coalizão Nacional Anti-incineração

Waldir Bizzo, Engenheiro, Professor da Faculdade de Engenharia Mecânica/UNICAMP

Emília Rutkowsky, engenheira, doutora, Professora da UNICAMP

Francisco de Paula Antunes Lima, Engenheiro, Ergonomista, Pós-doutor em Ergologia, Coordenador do Núcleo Alternativas de Produção e Professor da Universidade Federal de Minas Gerais.

Fabiana Goulart de Oliveira, doutoranda em Psicologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais, membro do Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável – INSEA.

Renato Dagnino, Engenheiro Metalúrgico, Professor Titular da UNICAMP